



# Anais da Assembleia

N° 025

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 01 DE ABRIL DE 1991

ANO XVII

## Atos da Presidência:

### RESOLUÇÃO N° 16/91

DATA: 20 de março de 1991

SÚMULA: Altera o memorial descritivo contido no artigo 1° da Resolução n. 58/90, de 28 de agosto de 1990.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1° - Fica alterado o memorial descritivo contido no artigo 1° da Resolução n. 58/90, de 28 de agosto de 1990, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1° - .....  
começa no encontro dos rios Putunã e São Miguel, formadores do rio Uberaba; segue pelo Putunã a montante, até a sua cabeceira alcançar a serra da Bocaina, e segue pela cumiada desta à divisa do município de Cerro Azul; com o município de Cerro Azul, da serra da Bocaina segue pela cumiada divisor de águas que afluem, de um lado, para o rio Ponta Grossa e ribeirão Mato Preto; e, de outro, para o ribeirão do Rocha; com o município de Adrianópolis: começa no encontro dos rios Putunã e São Miguel, formadores do rio Uberaba; segue pelo São Miguel a montante, até a foz do ribeirão Feio, sobe por este até sua cabeceira mais alta donde, em reta por uma linha seca, no sentido leste-oeste, alcança o ribeirão Forquilha, subindo por este até a foz do ribeirão do Pinhal donde, em reta, também por uma linha seca, no sentido nordeste-sudoeste, alcança o rio São Sebastião, na foz do ribeirão Tingui, sobe por este até a foz do ribeirão das Pedras e este até a sua cabeceira, donde, em reta, ainda por uma linha seca, no sentido leste-oeste, alcança a cabeceira do rio do Rocha".

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 20.03.91.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

### RESOLUÇÃO N° 17/91

DATA: 22 de março de 1991

SÚMULA: Aprovar as contas da aplicação de dotação de subvenção social dos senhores deputados, referente ao exercício de 1990, regulamentada pela Resolução n° 53/83 de 01.10.83.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - São aprovadas as contas da aplicação de dotação de subvenção social dos senhores deputados, referente ao exercício de 1990, regulamentada pela Resolução n° 53/83 de 03 de outubro de 1983, conforme ofício n° 01/CEAS/91 de 31 de janeiro de 1991.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 22.03.91

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

### RESOLUÇÃO N° 18/91

DATA: 02 de abril de 1991

SÚMULA: Revoga a resolução 51/90, que autoriza a realização de plebiscito no município de Paranaguá, para que a população decida sobre a criação do município de Pontal do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - Fica revogada a resolução n° 51/90, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica no município de Paranaguá, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Pontal do Paraná.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 02.04.91.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

## JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de resolução torna-se necessário, incontestável que é o fato da inviabilidade da criação do município de Pontal do Paraná, já que este "futuro município" não possui infra-estrutura para arcar com o ônus desta criação. Tal fato decorre, simplesmente, de que apenas em época de alta temporada há entrada de recursos monetários, através da fluência de veranistas do comércio e demais atividades lucrativas.

Contudo, não se pode criar um município embasando-se apenas e tão somente no fato de que, num curto prazo de tempo, existe injeção de recursos. Um município

precisa de constantes meios de arrecadação financeira para cumprir seus deveres com os seus municípios e suas obrigações para com o Estado.

É preciso que se crie municípios fortes e não capengas, incapazes de proporcionarem progresso, desenvolvimento e bem-estar àqueles habitantes que configuram a sua comunidade.

# LEI N° 9579

DATA: 22 de março de 1991.

SÚMULA: Regulamenta o parágrafo único do artigo 216 da Constituição Estadual, que dispõe sobre a criação, organização e competência do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7° do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica criado o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, órgão consultivo, deliberativo e controlador da política de atendimento à infância e juventude, vinculado à Secretaria de Estado responsável pela execução da política estadual de atendimento à criança e ao adolescente e composto dos seguintes membros:

I - O Secretário de Estado cuja pasta é responsável pela execução da política estadual de atendimento à criança e ao adolescente;

II - (01) um representante da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR;

III - (01) um representante da Secretaria de Estado da Educação;

IV - (01) um representante da Secretaria de Estado da Saúde;

V - (01) um representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública;

VI - (01) representante do Poder Judiciário;

VIII - (01) um representante da Fundação Centro Brasileira Para a Infância e Adolescência;

IX - (01) um representante da Legião Brasileira de Assistência;

X - (01) um representante das Universidades Públicas existentes no Estado do Paraná;

XI - (01) um representante da Associação dos Municípios do Paraná;

XII - (11) onze representantes de entidades da sociedade civil organizada, de âmbito estadual, diretamente ligadas à defesa ao atendimento a crianças e adolescentes, legalmente constituídas, em funcionamento há pelo menos um ano.

Art. 2° - São funções do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente:

I - Formular a política de promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, observados os preceitos expressos nos artigos: 203, 204 e 277 da Constituição Federal; 165 e 216 da Constituição Estadual, e todo o conjunto de normas do Estatuto da Criança e do Adolescente.

II - Acompanhar a elaboração e avaliar a proposta orçamentária do governo do Estado, indicando ao Secretário de Estado competente, as modificações necessárias à consecução da política formulada;

III - Estabelecer prioridades de atuação e definir aplicação dos recursos públicos estaduais destinados à assistência social, especialmente para o atendimento de crianças e adolescentes;

IV - Homologar a concessão de auxílios e subvenções a entidades particulares filantrópicas e sem fins lucrativos, atuantes no atendimento a crianças e adolescentes;

V - Avocar, quando entender necessário, o controle das ações de execução da política estadual de atendimento à criança e ao adolescente em todos os níveis;

VI - Propor aos poderes constituídos modificações nas estruturas dos órgãos governamentais diretamente ligados à promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes;

VII - Oferecer subsídios para a elaboração de leis atinentes aos interesses das crianças e adolescentes;

VIII - Incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção e defesa da infância e juventude.

IX - Promover intercâmbio com entidades públicas particulares, organismos nacionais, internacionais e estrangeiros, visando atender a seus objetivos;

X - Pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito à promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

XI - Aprovar, de acordo com os critérios estabelecidos em seu regimento interno, o cadastramento de entidades de defesa ou de atendimento aos direitos das crianças e adolescentes e que pretendam integrar o conselho;

XII - Receber petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e ao adolescente;

XIII - Gerir seu respectivo fundo, aprovando planos de aplicação;

XIV - Incentivar a criação e estimular o funcionamento dos Conselhos Municipais de Defesa da Criança e do Adolescente.

Art. 3° - As organizações da sociedade civil interessadas em participar do conse-

lho se habilitarão, entre os dias 1º e 31 de janeiro dos anos ímpares, perante a Secretaria de Estado competente, comprovando documentalmente suas atividades há pelo menos um ano, bem como indicando seu representante e respectivo suplente.

§ 1º - A seleção das organizações representativas da sociedade civil, interessadas em integrar o conselho, far-se-á mediante eleição realizada entre as próprias entidades habilitadas.

§ 2º - A Secretaria de Estado responsável pela execução da política de atendimento à criança e ao adolescente encaminhará ao governador do Estado, até o terceiro dia útil do mês de fevereiro, a relação das entidades que integrarão o conselho e o nome dos conselheiros representantes suplentes por ela indicados, devendo a nomeação ser efetuada no prazo de dez dias, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 3º - Os conselheiros representantes das entidades populares, assim como seus suplentes, serão nomeados para mandato de dois anos, período em que não poderão ser destituídos, salvo por deliberação de dois terços dos componentes do conselho.

§ 4º - Os conselheiros representantes das entidades populares poderão ser reconduzidos, observado o mesmo processo previsto neste artigo.

Art. 4º - Os representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário, da Fundação Centro-Brasileira para a Infância e Adolescência, da Legião Brasileira de Assistência, das Universidades Públicas existentes no Paraná, e da Associação dos Municípios do Paraná, assim como seus suplentes, serão nomeados pelo governador do Estado, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, após indicação da respectiva instituição e observados os prazos estabelecidos no artigo anterior.

Art. 5º - Os conselheiros e suplentes representantes dos órgãos públicos estaduais, cuja participação no conselho não poderá exceder quatro anos contínuos, serão nomeados livremente pelo governador do Estado, que poderá destituí-los a qualquer tempo.

Art. 6º - O presidente, o vice-presidente e o secretário geral serão eleitos, em sessão com quórum mínimo de dois terços, pelos próprios integrantes do conselho.

Art. 7º - O Secretário de Estado responsável pela execução da política estadual de atendimento à criança e ao adolescente ficará encarregado de fornecer apoio técnico, material e administrativo para o

funcionamento do colegiado.

Art. 8º - O desempenho da função de membro do conselho, sem qualquer remuneração, será considerado como serviço relevante prestado ao Estado, com seu exercício prioritário, justificadas as ausências a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades próprias do conselho.

Art. 9º - As demais matérias pertinentes ao funcionamento do conselho serão devidamente dispostas pelo seu regimento interno.

Art. 10 - O Conselho de Defesa da Criança e do Adolescente deverá ser instalado em fevereiro de 1991, incumbindo à Secretaria de Estado responsável pela execução da política estadual de atendimento à infância e à juventude adotar as providências necessárias para tanto.

Art. 11 - A comissão estadual de estudos sobre o menor em situação irregular, com a colaboração da secretaria da Justiça, Trabalho e Ação Social adotará as medidas necessárias à realização da primeira seleção das entidades representativas da sociedade civil, interessadas em integrar o conselho.

Art. 12 - Fica criado o fundo para a infância e adolescência, administrado pelo conselho e com recursos destinados ao atendimento aos direitos das crianças e adolescentes, assim constituído:

I - dotação consignada no orçamento do Estado para a assistência social voltada à criança e ao adolescente;

II - recursos provenientes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

IV - rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

V - outros recursos que lhe forem destinados.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parágrafo Único - Após a formação do primeiro conselho, fica revogado o decreto estadual n. 1.232/87, que instituiu a Comissão Estadual de Estudos sobre o Menor em Situação Irregular.

Palácio "XIX de Dezembro", em 22.03.91.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 19.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 1.<sup>o</sup> DE ABRIL DE 1991.  
(SEGUNDA-FEIRA).

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinatti, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Reis, José Artur Ritti, José Távares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni e Toti Colaço (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dobrandino da Silva, José Afonso Júnior, Luiz Antonio Setti, Nilton César Servo e Severino Félix (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Ofícios:

Sob o n.<sup>o</sup> DTL/SAT/109/91, do Senhor Governador do Estado, o qual restituiu a esta Casa, o Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 360/90. Ao Conhecimento da Casa.

Curitiba, 13 de março de 1991.

OF. SEPL/S/051/91

Senhor Deputado.

Em atenção à solicitação de Vossa Excelência constante do Ofício 804/91/DA/CEA/SC, protocolado sob n.<sup>o</sup> 241.311-6, referente a requerimento do Deputado Doutor Rosinha, informo que o assunto foi objeto de esclarecimento desta Secretaria de Estado, para o quê encaminho a Informação Técnica n.<sup>o</sup> 003/91-DG/SEPL anexa.

Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência minhas expressões de elevado apreço.

Atenciosamente,

(a) JOSÉ BERNARDONI FILHO  
Secretário de Estado do Planejamento  
e Coordenação Geral.

INFORMAÇÃO TÉCNICA N.<sup>o</sup> 003/91-DG/SEPL

Trata a presente de esclarecimentos sobre o requerimento do Deputado Doutor Rosinha, objeto do Of. 804/91/DA/CEA/SC, protocolado sob o n.<sup>o</sup> 241.311-6.

QUANTO AO ITEM 1:

A intenção de celebração de um Convênio de Cessão de Direito de Uso de Sistema Computacional e de Assistência Técnica com o Estado de Pernambuco, surgiu como resultado do trabalho de divulgação do IPARDES, na busca do fortalecimento da Instituição. Neste contexto, o Governo do Estado de Pernambuco, através da Fundação Instituto Pernambuco - FIPE, manifestou interesse no Sistema Base de Dados do Estado do Paraná-BDE.

A cessão de uso do sistema, atendendo ao disposto no Decreto n.<sup>o</sup> 4619/89, visto que a CELEPAR detém a responsabilidade técnica pelo desenvolvimento do BDE e o proprietário do sistema é o IPARDES, foi objeto de autorização governamental conforme despacho exarado no protocolado n.<sup>o</sup> 895.259-0, publicado no Diário Oficial do Estado de 15.02.91.

Entretanto, o Convênio propriamente dito, a ser celebrado entre o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social- IPARDES, Fundação Edison Vieira, a Companhia de Processamento de Dados do Paraná- CELEPAR, a Empresa de Fomento da Informática do Estado de Pernambuco- FISEPE e a Fundação Instituto Pernambuco- FIPE, ainda não foi assinado, pois em cumprimento às orientações contidas no Decreto n.<sup>o</sup> 6822/90 foi submetido à apreciação governamental conforme protocolo n.<sup>o</sup> 241.306-D e encontra-se na Subchefia de Assuntos

Técnicos da Casa Civil da Governadoria para parecer jurídico.

Para melhores esclarecimento, anexamos a presente, minuta do referido Convênio.

#### QUANTO AO ITEM 2:

Não se trata de "paradeiro" pois os equipamentos nunca estiveram desaparecidos uma vez que encontram-se depositados no almoxarifado da Fundação, conforme informações do Setor de Serviços Gerais anexas a presente, modelos ARD 561 e ARD 532, patrimoniados sob n°s 700 e 699, respectivamente.

Por ocasião de mudança física do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social- IPARDES- Fundação Edison Vieira para o Edifício Humberto de Alencar Castelo Branco, houve sucessivas reuniões entre o Diretor Presidente do IPARDES, o Setor de Serviços Gerais, o Grupo Administrativo Setorial da SEPL, a Coordenadoria de Administração e Serviços da SEAD, e a Administração Geral do Edifício, visando o equacionamento da questão telefônica.

Com a instalação do PABX do IPARDES, independente da Central do Edifício Castello Branco, o tráfego entre as duas centrais teria que ser feito via TELEPAR, acarretando elevados gastos com tarifas telefônicas, uma vez que para os funcionários do IPARDES se comunicarem com qualquer órgão sediado no Complexo do Centro Cívico (exceto Palácio Iguazu) inclusive dentro do próprio Edifício teria que ser REALIZADA UMA LIGAÇÃO TELEFÔNICA, COM O agravante de que trariam inconvenientes operacionais face a possibilidade de sobrecarga nas linhas-tronco que acabam gerando dificuldades de comunicação, situação essa que nos pareceu inviável.

Dessa forma, foi efetuada uma readaptação dos ramais instalados no Complexo, de forma a atender o IPARDES sem qualquer custo adicional.

No tocante aos equipamentos gráficos, também constantes das Informações do Setor de Serviços Gerais, temos a informar que a guilhotina patrimoniada sob n° 689 e a grameadeira industrial de patrimônio n° 688 estão devidamente instaladas e em pleno funcionamento no Setor de Reprografia no sub-solo do Edifício Castello Branco.

A gravadora de matrizes eletrostáticas é uma impressora off-set, cujos patrimônios estão registrados sob n°s 686 e 687 estão depositadas no almoxarifado no sub-solo, não tendo sido instaladas face a pequena demanda de trabalho na época e da necessidade de local especial com sistema de iluminação e ventilação adequados, tendo em vista o grau de poluição do material utilizado.

#### QUANTO AO ITEM 3:

O veículo Volkswagen modelo Gol, placa CI-8250, ano 1990, chassi 9BWZZZ30ZLTO15625, de propriedade desta Fundação, furtado conforme queixa junto à Delegacia de Furtos de Veículos, protocolada sob n° 491890 estava sendo usado pelo motorista Laerzio Cavallari, funcionário do Quadro CLT da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, prestando serviços ao IPARDES, portador de Registro Geral n° 936.475/PR e carteira de habilitação n° 032867627 categoria D, residente à Rua David Rauses, 45 - Bairro São Dimas, no Município de Colombo, o qual, a pedido da Fundação do Esporte e Turismo do Paraná, estava atendendo Comitativa do Secretário Nacional do Esporte - Artur Coimbra (ZICO) por ocasião do Seminário Nacional sobre Reformulação do Esporte Brasileiro.

Para facilitar o deslocamento para tais compromissos, associado ao fato de que havia necessidade de transportar os integrantes da comitativa a diversos locais, inclusive ao aeroporto, muitas vezes extrapolando o horário normal de trabalho, o motorista em tela levou o carro para sua residência.

No decorrer de suas funções, o servidor ao deslocar-se à sua residência passou diante de um estabelecimento comercial estacionando o veículo, ocasião essa em que ocorreu o furto.

O automóvel em questão estava coberto por seguro total pela PARANÁ - COMPANHIA DE SEGUROS, através da apólice n° 58.070-3, que após decorrido o prazo de carência de 30 (trinta) dias estabelecidos pela seguradora, não foi localizado houve restituição ao IPARDES no valor de Cr\$ 1.400.000,00, conforme cheque n° 471682, valor esse tendo sido depositado integralmente conforme comprovante de depósito anexo.

O assunto foi submetido à apreciação do Conselho de Administração do IPARDES- órgão máximo na hierarquia da Fundação, e tendo em vista que não houve perda patrimonial face a indenização pela Seguradora e mais, considerando que a Instituição já possui 03 (três) veículos, os quais são suficientes para atender as demandas de serviço, foi sugerido que os recursos poderiam ser aplicados em despesas de capital, preferencialmente em equipamentos de informática.

Face ao momento de transição governamental, os recursos não foram utilizados, tendo sido aplicados cujo saldo em 28.02.91, atingia Cr\$ 1.493.747,34.

É a informação.

Curitiba, 13 de março de 1991.

(aa) ROSANGELA REINZ GAVINHO

Secretaria Geral do IPARDES  
VÂNIA BASTOS CERCAL  
Assessora Jurídica

CONVÊNIO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE SISTEMA COMPUTACIONAL E DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA QUE ENTRE SI FAZEM A EMPRESA DE FOMENTO DA INFORMÁTICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO - FISEPE, A FUNDAÇÃO INSTITUTO PERNAMBUCO - FIPE, O INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES E A COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO PARANÁ - CELEPAR.

Pelo presente instrumento particular, a Empresa de Fomento da Informática do Estado de Pernambuco - FISEPE, órgão estadual vinculado à Secretaria de Planejamento de Pernambuco, inscrita no CGC/MF sob n. 08.173.643/0001-49, representada pelo seu Diretor Presidente Sr. Sérgio Lima da Rocha, doravante denominada FISEPE, a Fundação Instituto Pernambuco - FIPE, órgão estadual vinculado a Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco, inscrita no CGC/MF sob n. 24.132.656/0001-26, representada por sua Diretora Presidente Sra. Ermilinda Maria Gonçalves da Silva, daqui para frente denominada simplesmente FIPE, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, inscrito no CGC/MF sob o n. 75.954.891/0001-14, representado pelo seu Diretor Presidente Sr. José Bernardoni Filho, e pelo seu Secretário Geral, Sra. Rosângela Heinz Gavinho, doravante denominado IPARDES, e a Companhia de Processamento de Dados do Paraná - CELEPAR, inscrita no CGC/MF sob n. 76.545.011/0001-19, neste ato representada pelos Senhores Roque Robinson Piragine e Ailton Renato Dorl, Diretor Presidente e Diretor Técnico, respectivamente, doravante denominada CELEPAR, firmam o presente Convênio de Cessão de Direitos de Uso de Sistema Computacional e de Assistência Técnica, de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constituem-se em objetos do presente convênio:

1.1. - A transferência, e consequentemente a cessão dos direitos de uso, do sistema Base de Dados do Estado do Paraná - BDE, para uso exclusivo pelo Estado de Pernambuco.

1.2. - Por transparência entende-se o repasse do conjunto de programas e sub-rotinas do sistema BDE, na sua estrutura computacional vigente e de acordo com as características de uso no Paraná.

1.3. - Assistência técnica de apoio para implementação, operação e uso do sistema assim como treinamento, métodos e técnicas de organização e montagem da estrutura informacional.

1.4. - Consultoria técnica para orientação em eventuais adaptações ou alterações do sistema ao ambiente computacional e operacional onde será instalado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1. - DA CELEPAR

Repassar, mediante gravação em meios magnéticos, os programas fonte e sub-rotinas integrantes do sistema BDE.

Proporcionar a documentação técnica básica que diga respeito ao sistema BDE.

Disponibilizar profissionais de alto nível e experiência comprovada para prestar serviços de consultoria nos processos de instalação do sistema BDE e na sua adequação ao novo ambiente computacional.

Recepcionar técnicos do Estado de Pernambuco, prestando-lhe as informações necessárias ao bom uso do sistema BDE.

2.2. - DO IPARDES

Disponibilizar técnicos de experiência comprovada para assessoramento na montagem da estrutura funcional e informacional do sistema BDE e na criação de normas e procedimentos operacionais.

Proporcionar treinamento necessário para utilização e operação do sistema BDE.

2.3. - DA FIPE

Montar equipe de trabalho para operacionalizar o sistema BDE, garantir os recursos de hardware a serem ligados ao computador central da FISEPE e os recursos de software necessários ao funcionamento deste hardware.

Proceder o tratamento técnico das informações que integrarão a Base de Dados.

Realizar a carga de recuperação não automatizadas das informações constantes da Bases de Dados.

Estabelecer contatos necessários, junto aos outros órgãos participantes deste convênio, para oportunamente planejar o atendimento técnico no local, nas datas desejadas.

Responsabilizar-se pelas despesas de transporte, hospedagem e alimentação de técnicos designados para realização dos trabalhos necessários.

#### 2.4. - DA FISEPE

Promover a infra-estrutura básica de hardware e software para operacionalização do sistema BDE e da Base de Dados.

Prestar suporte técnico para manutenção, adaptação e atualização do sistema BDE de acordo com as necessidades dos seus usuários.

Promover e apoiar a automatização dos sistemas de informação nos diversos setores do Estado de Pernambuco, visando a agilização da carga e da recuperação sistemática de informações da Base de Dados, através da integração dos diversos sistemas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA PROPRIEDADE

O IPARDES cede, através deste convênio, o sistema BDC, para instalação no Estado de Pernambuco, e para atendimento às necessidades da Fundação Instituto Pernambuco, - FIPE/BDE-PE, permitindo que sejam feitas eventuais adaptações.

3.1. - A FIPE/FISEPE será vedada a reprodução total ou parcial do mesmo para uso de terceiros.

3.2. - A FIPE/FISEPE deverá repassar, sem ônus, quando solicitado pelo IPARDES/CELEPAR, eventuais alterações efetuadas no sistema BDE e que sejam do interesse do Estado do Paraná.

3.3. - O uso do Sistema e programas componentes deverá se restringir à utilização de acesso ao Banco de Dados semelhante ao BDE do Paraná.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente convênio, no atinente aos serviços de assistência técnica, será de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado mediante solicitação escrita da FIPE.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o Foro de Curitiba - PR para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente convênio, com renúncia pelas partes conveniadas, de qualquer outro, que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado ou especial que seja.

E, por estarem justos e acordados, as entidades conveniadas assinam o presente convênio, em quatro vias de igual teor e forma, para um só efeito, com as testemunhas abaixo nomeadas.

#### PELO IPARDES

JOSÉ BERNARDONI FILHO  
Diretor Presidente

ROSÂNGELA HEINZ GAVINHO  
Secretário Geral

#### PELA CELEPAR

ROQUE PIRÁGINE  
Diretor Presidente

AILTON RENATO DORL  
Diretor Técnico

#### PELA FIPE

EMERLINDA M. GONÇALVES DA SILVA  
Diretora Presidente

#### PELA FISEPE

SÉRGIO LIMA DA ROCHA  
Diretor Presidente

#### TESTEMUNHAS:

EDUARDO SCHERRER NETO  
Coordenador do CEE - IPARDES

RAUL BELENS JUNGMAHN PINTO  
Secretário de Planejamento do  
Estado de Pernambuco

DO: - Setor de Serviços Gerais

PARA: - Secretaria Geral

REF: - GRÁFICA E PABX

a) - GRÁFICA

- 1 gravadora de matrizes eletrostáticas marca RICOH modelo S/1 patrimoniado sob n. 686.

- 1 impressora off-set de mesa marca RICOH modelo 1010 patrimoniado sob n. 687.

- 1 grampeadeira industrial elétrica marca Funtimod patrimoniado sob n. 688.

- 1 guilhotina industrial para papéis, manual marca Funtimod patrimonizada sob n. 689.

OBS: A guilhotina e a grampeadeira, estão devidamente instaladas e funcionando



no Setor de Reprografia, no sub-solo.

A gravadora e impressora depositadas no almoxarifado do sub-solo.

b) PABX

1 PABX modelo ARD 561 patrimoniado sob n. 700, desativado e depositado junto com a central do Ed. Castelo Branco.

1 PABX modelo ARD 532 patrimoniado sob n. 699, desativado e depositado junto com a central do Ed. Castelo Branco.

OBS: Conforme xerox de orçamento, o custo para a reinstalação dos equipamentos do PABX, foi muito elevado e na ocasião não havia recursos financeiros para tais despesas, e, foram instaladas os ramais necessários com os aparelhos das centrais embutidos na central do Ed. Castelo Branco.

ssg/12 de Março de 1991.

(a) SINVAL PORTES DA ROSA  
Chefe St. Serv. Gerais

DO: Setor de Serviços Gerais

PARA: Diretoria

REF: BENS DE CAPITAL (PATRIMÔNIO)  
DESATIVADOS:

1) - GRÁFICA

Encontra-se no almoxarifado, gravadora, fusor, off-set, grampeadeira e guilhotina. A grampeadeira e guilhotina estão devidamente instalados no setor de Xerox.

2) - P.A.B.X.

Encontra-se desmontado e embalado conforme instruções e execução da empresa mantenedora e depositado no setor de telefonia do PABX das Secretarias do Ed. Humberto Castelo Branco. Na embalagem do PABX foi aplicado um produto que nos dá condições de reinstalar no momento em que acharmos necessários.

Atenciosamente

(a) SINVAL PORTES DA ROSA  
Chefe St. Serv. Gerais

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 556

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei Complementar n° 31/91, por 10 sessões.

Sala das Sessões, em 01.04.91

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 547

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei Complementar n° 31/91, que institui a microrregião de Pitanga, para reestudo do referido Projeto.

Sala das Sessões, em 01.04.91.

(a) CÉZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO N° 534

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 01.04.91

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO N° 554

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, adiamento de discussão e votação para o Projeto de Resolução n° 18/91, por 10 sessão, nos termos do disposto no artigo 159 do Regimento Interno desta Casa.

Sala das Sessões, em 01.04.91.

(aa) CARLOS SIMÕES

CLEITON KIELSE

ALGACI TÚLIO

EMÍLIA BELINATI e

GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO N° 557

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, arquivamento do Projeto de Lei n° 27/91, que declara de Utilidade Pública o Departamento Educacional da Igreja Tabernáculo Evangélico de Jesus.

Sala das Sessões, em 01.04.91

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO N° 535

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja marcada para o dia 11 de abril de 1991, às 15:00 horas, a Sessão Solene de outorga do Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao



Excelentíssimo Senhor Engenheiro Alexandre Fontana Beltrão, de acordo com a Lei n° 9334, de 12 de julho de 1990.

Sala das Sessões, em 01.04.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

#### REQUERIMENTO N° 555

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, regimentalmente, depois de ouvido o Plenário, o envio de correspondência, em caráter de urgência, às Bancadas Federal do Paraná, Câmara e Senado, solicitando interferência junto à Previdência da Caixa Econômica Federal, no sentido de que seja mantido em funcionamento a Superintendência da Caixa Econômica Federal de Londrina.

Sala das Sessões, em 01.04.91

(a) JOSÉ TAVARES

#### REQUERIMENTO N° 538

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a formação de Comissão Externa da Assembléia, de acordo com o artigo 40 do Regimento Interno, composta de 05 membros, designados pelo Senhor Presidente, com ônus para a Casa, para que seja feita uma análise com posterior tomada de providências, quanto à crise pela qual passa o Instituto Agrônomo do Paraná-IAPAR.

Sala das Sessões, em 01.04.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

Apoiamento: Ovídio Constantino, Ernani Puddell, Paulo Maia, Rossoni, Colombino Grassano, Heinz Herwig e Arlindo Troian.

#### JUSTIFICATIVA:

A Fundação Instituto Agrônomo do Paraná-IAPAR, respeitada instituição de pesquisa agropecuária do Estado, vive dias críticos.

Com menos de 20 anos de funcionamento, o Instituto vem dando importante contribuição ao desenvolvimento da agropecuária. Mas não tem recebido a devida atenção do Governo do Estado, que ano a ano vai diminuindo os recursos destinados ao IAPAR, que corre um sério risco de sucateamento.

Preocupados com as conseqüências disto, os funcionários, pesquisadores e técnicos do Instituto lançaram, agora em março, o movimento "SOS IAPAR - Pesquisa Agropecuária em Perigo". Uma forma de chamar a atenção para a crise vivida pela instituição, e de tentar sensibilizar as autoridades estaduais, para que sejam encontradas as devidas soluções.

O pedido de socorro, feito pelo corpo funcional do IAPAR, deve ser ouvido também pela Assembléia Legislativa do Paraná. Como o Estado tem na agropecuária um dos

seus mais importantes segmentos econômicos, não podemos, pela omissão, contribuir para que a crise se aprofunde ainda mais.

Consideramos da máxima importância que uma Comissão de Deputados Estaduais, com a máxima brevidade possível, faça uma análise das sérias dificuldades por que passa o IAPAR, e proponha as medidas capazes de garantir ao Instituto as condições adequadas para que possa continuar prestando bom serviços ao Paraná e ao País.

#### REQUERIMENTO N° 521

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserida em Ata dos trabalhos, voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem ADAURI CELSO DE AQUINO BARRANCO, ocorrido em 17 de março passado. Que se manifeste aos seus familiares este registro!

Sala das Sessões, em 01.04.91

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de filho do nosso estimado companheiro e grande homem de comunicação do Paraná, Freitas Barranco.

O falecimento, ocorrido na represa Klabin Clube Harmonia, em Telêmaco Borba, entristeceu todos que conhecem a família e que nutrem grande estima e consideração, pois é exemplar, tem atuado com destaque em nossa comunidade.

#### REQUERIMENTO N° 528

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor KURIQUI CANAME, Prefeito Municipal de Bom Sucesso, ocorrido no dia 23 de março de 1991.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família do extinto, dirigindo correspondência para:

IOLANDA KURIQUI (esposa)

Filhos:

JACIMAR JOJI KURIQUI

DR.<sup>a</sup> ANA SILVIA KURIQUI

IVANIZE KURIQUI

LEONARDO KURIQUI

Sala das Sessões, em 01.04.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 553

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata, de um voto de profundo pesar pelos falecimentos ocorridos no último dia 29 de março, no Estado de São Paulo, vitimados por lamentável acidente automobilístico,

do Senhor **Mariano Ísis Oliveira Alves**, sua esposa **Ana Maria de Lima Alves**, e sua filha **Ana Paula de Oliveira Alves**, por se tratar de família que dedicou a sua existência em benefício da sociedade paranaense, deixando uma lacuna irreparável no seio da sociedade onde conviveram e ajudaram a edificar.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja cientificada a família enlutada.

Sala das Sessões, em 01.04.91

(a) JOAO PREIS

#### REQUERIMENTO N° 523

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, no uso de suas prerrogativas regimentais, a inserção em Ata dos trabalhos desta sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Procurador da Justiça Doutor Ruy Carlos Marcondes Marques, ocorrido no último sábado, dia 23 de março, nesta Capital.

Requer mais, que da manifestação desta Casa, seja dada ciência à Procuradoria Geral da Justiça do Estado do Paraná e à família enlutada, na pessoa da Excelentíssima Senhora Olga Bruel Marcondes Marques, viúva do ilustre desaparecido.

Sala das Sessões, em 01.04.91.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

O Doutor Ruy Carlos Marcondes Marques, natural de Guarapuava, descendia de dois troncos da colonização paranaense, as famílias Virmond Marques e Marcondes. Por parte paterna, era bisneto de Generoso Marques, um dos expoentes do movimento republicano no Paraná, que chegou ao Senado da República e ao Governo Estadual.

Formando em Direito pela Universidade Federal do Paraná, advogou em Guarapuava antes de ingressar no Ministério Público, onde se destacou nas causas criminais, como Promotor junto ao Júri Popular, servindo em diversas comarcas do interior paranaense, antes de trabalhar junto à Vara de Acidentes de Trânsito da Capital. Mercê de sua cultura jurídica e dedicação, o Doutor Ruy fora promovido, em agosto de 1990, para o elevado cargo de Procurador da Justiça e se dedicava com brilho e vigor às novas e relevantes tarefas junto ao Ministério Público Estadual, quando foi colhido por um infausto acidente automobilístico, na noite de 23 do corrente.

Ele deixou viúva a Senhora Olga Bruel Marcondes Marques e três filhas que, neste momento, choram a prematura perda do esposo e pai, ao lado de quantos paranaenses conheceram e privaram da amizade do pranteado Doutor Ruy Carlos Marcondes Marques.

#### REQUERIMENTO N° 526

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de PALMAS, pela passagem de seus 112 anos de Emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, DIMORVAN CARRARO, ao vice-Prefeito, Senhor HILÁRIO ANDREASCO, bem como a todos os Senhores Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, cumprimentem a laboriosa população palmense.

Sala das Sessões, em 01.04.91

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A história de Palmas começou em 14 de abril de 1879, que com o correr dos anos foi crescendo e recebendo migrações atraídos pelas belezas, clima ameno e solo fértil, vindo somar-se às principais atividades econômicas.

A passagem de seus 112 anos representa muito mais que uma comemoração. É um evento que marca, além do seu registro histórico, uma Palmas renovada pela fibra de seu povo ao longo de sua história.

PALMAS encontra-se em franco desenvolvimento, sendo suas atividades econômicas mais importantes: a maçã, a batata-semente, o cultivo da soja, milho, feijão, erva-mate e a exploração da madeira, se consolidando como um dos principais polos de desenvolvimento da importante região sudoeste do Estado do Paraná.

Toda a comunidade palmense, no transcurso dos 112 anos, está vibrante vendo seus esforços recompensados pela concretização da instituição do mais elevado nível, que através do artigo 59 das Disposições Transitórias de nossa Constituição, foi sacramentada a "UNIVALE", que representa toda a luta da população que se juntou à nossa.

O município de Palmas deu vultos importantes para o Estado e o País, sendo marcante a participação palmense nas questões políticas.

Por todos esses fatos, o aniversário de Palmas, diz muito a todos nós, paranaenses que amamos nossa terra e a ela devotamos o melhor de nossas energias.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com este voto, homenageia a laboriosa e culta população da cidade de Palmas pela passagem dos seus 112 anos de Emancipação Política.

#### REQUERIMENTO N° 522

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que

se registre nos Anais desta Casa, voto de congratulações e aplauso, à nova Diretoria da APADEVI - Associação de Pais e Amigos de Deficientes Visuais, empossada em 25 de março passado, para mandato até 1994!

Que se comunique à nova diretoria.

Sala das Sessões, em 01.04.91

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**JUSTIFICATIVA:**

Trata-se de formidável entidade, muito bem dirigida e cuja diretoria eleita, para mandato até 1994, deverá desenvolver (continuar) o bom trabalho em defesa dos deficientes visuais.

**REQUERIMENTO N° 525**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor LUIZ GASTÃO CARVALHO, Secretário de Estado da Administração, no sentido de que seja fornecida uma relação completa de todos os pensionistas deste Poder junto ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná, inclusive os valores que os mesmos percebem.

Sala das Sessões, em 01.04.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Na busca de fortalecimento em que, pela moderna Carta Constitucional do Estado, se pretende dar um novo ordenamento às pensões, atualizando e adaptando seu funcionamento dentro da modernidade social, é que desejamos obter a relação completa, bem como as respectivas importâncias recebidas.

**REQUERIMENTO N° 536**

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial desta Casa ao Presidente da República, Senhor Fernando Collor de Mello, à Ministra da Economia, Senhora Zélia Cardoso de Mello e ao Presidente da Caixa Econômica Federal, Senhor Lafaiete Coutinho Torres, solicitando providências para o não fechamento da Superintendência Regional da Caixa Econômica Federal em Londrina.

Sala das Sessões, em 01.04.91

(a) EMÍLIA BELINATI

**JUSTIFICATIVA:**

A informação de que o Governo pretende encerrar as atividades da Superintendência Regional da Caixa Econômica Federal, em Londrina, traz grande intranquilidade para extensa área do Norte do Paraná.

O funcionamento da Superintendência é um imperativo. Isto significa evitar transtornos e prejuízos de grande monta,

para uma região que tem peso decisivo na economia do Estado.

A Superintendência da Caixa Econômica Federal atende a população de dezenas de municípios da Região Norte, que sem ela ficaria obrigada a deslocar-se para Curitiba, para ver atendidos assuntos de seu interesse.

A reivindicação às autoridades federais é no sentido de manter a Superintendência Regional de Londrina, porque de outra forma se estaria penalizando incompreensivelmente uma das mais importantes regiões do Estado e a terceira cidade do Sul do País.

**REQUERIMENTO N° 537**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Infraestrutura; ao Doutor Mário Pereira, Secretário dos Transportes, bem como aos Diretores do D.E.R. e D.N.E.R., consubstanciado em solicitação, para que sejam tomadas providências imediatas na recuperação do asfalto da Rodovia BR-467, que liga Toledo a Cascavel.

Sala das Sessões, em 01.04.91.

(a) DUÍLIO GENARI

**JUSTIFICATIVA:**

O presente requerimento se torna medida oportuna, visto que, a Rodovia BR-467, que liga Toledo à Cascavel se encontra em estado lamentável, quase que intransitável, em consequência da má conservação por parte dos órgãos competentes.

Cabe destacar, que a rodovia citada têm fluxo rodoviário dos mais intensos, aproximando-se das mais movimentadas do País, pela qual trafegam centenas e centenas de caminhões, transportando bens e produtos oriundos de todos os municípios daquela região do Oeste do Paraná e igualmente oriundos do Estado do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, como também do vizinho país do Paraguai.

O péssimo estado de conservação desta rodovia, tem causado inúmeros transtornos aos que nela transitam, prejudicando os caminhões e veículos de passeio, e o que é mais grave, tem provocado inúmeros acidentes com vítimas.

É inconcebível que tal situação perdure por mais tempo, pelo que solicitamos o apoio dos Senhores Deputados e a imediata providência das autoridades competentes.

**REQUERIMENTO N° 552**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o

envio de expediente a Digníssima Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - L.B.A., no Paraná, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, seja em espécie, seja na forma de alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas, etc., para a **Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE**, de Umuarama.

Do aprovado, requer, ainda, que se dê ciência ao Presidente Valderes Teixeira. (Rua José Dias Lopes, s/n).

Sala das Sessões, em 01.04.91

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade em tela não tem fins lucrativos e presta auxílio social em todos os setores para as famílias carentes do município de Umuarama. Esse auxílio visa amenizar as dificuldades que a APAE de Umuarama vem encontrando, pois a sua manutenção depende da comunidade e do esforço e dedicação de seus diretores.

Aproveitamos para registrar reconhecimento público do desempenho e carinho com que esses abnegados membros da Diretoria da entidade têm desenvolvido em prol dos necessitados.

**REQUERIMENTO N° 550**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR/SEED, no sentido que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao Estabelecimento de Ensino **Colégio Estadual Chateaubriandense - Ensino de 2° Grau**, em Assis Chateaubriand.

Do aprovado, requer o envio do solicitado aos Senhores Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 01.04.91

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

- Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades, abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

- se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

- se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e do médio agricultor, prejudicando safras e causando grandes prejuízos;

- se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, é de

oferecer alimentação para seus alunos, tendo sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

**REQUERIMENTO N° 549**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR/SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao Estabelecimento de Ensino **Escola Estadual Getúlio Vargas - Ensino de 1° Grau**, em Assis Chateaubriand.

Do aprovado, requer o envio do solicitado aos Senhores Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 01.04.91.

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

- Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades, abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

- se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

- se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e do médio agricultor, prejudicando safras e causando grandes prejuízos;

- se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, é de oferecer alimentação para seus alunos, tendo sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

**REQUERIMENTO N° 548**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR/SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao Estabelecimento de Ensino **Escola Estadual Rachel**

de Queiroz, em Ivaté.

Do aprovado, requer o envio do solicitado aos Senhores Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 01.04.91.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

- Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades, abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

- se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

- se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e do médio agricultor, prejudicando safras e causando grandes prejuízos;

- se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, é de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

#### REQUERIMENTO N° 546

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR/SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao Estabelecimento de Ensino Escola Estadual Princesa Izabel, em Umuarama.

Do aprovado, requer o envio do solicitado aos Senhores Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 01.04.91.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

- Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades, abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

- se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

- se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem

controle do pequeno e do médio agricultor, prejudicando safras e causando grandes prejuízos;

- se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, é de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

#### REQUERIMENTO N° 545

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustre Senhor Doutor ALBERTO POLICARO, Presidente do Banco do Brasil, no sentido de que seja viabilizado estudos para a manutenção do posto de atendimento à população de Cafezal - distrito de Iporã, pelo Banco do Brasil.

Do aprovado, requer ainda, o encaminhamento de cópias ao Senhor Prefeito Municipal de Iporã, ao ilustre Vereador MOISÉS MENDES SANCHES, e ao Presidente da AMERIOS - Senhor Cláudio Palozzi - mui digno Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocínio.

Sala das Sessões, em 01.04.91

(a) NESLON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A solicitação do Vereador Moisés Mendes Sanches, de Iporã, se reveste de razão quando reivindica a manutenção do Posto de Serviços do Banco do Brasil, no distrito de Cafezal, pois a participação dos propósitos sociais do referido Banco em defesa dos pequenos agricultores é motivo suficiente e comprovadamente realizada pelas gestões anteriores.

Trata-se de uma aquisição importante para o futuro município e que não poderia deixar de manifestar contra tal atitude.

#### REQUERIMENTO N° 544

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário da Justiça e Ação Social do Governo Estadual, no sentido de que seja viabilizado recursos para ajudar a ASSOCIAÇÃO DOS MENINOS DE CURITIBA - ASSOMA, para a sua manutenção.

Do aprovado, requer ainda, o encaminhamento de cópias ao Senhor Leopoldo Cavallari Filho, Presidente da entidade - Av. Senador Salgado Filho, 1050 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 01.04.91.

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

Um dos objetivos da ASSOMA é a emancipação de menores carentes e abandonados, através da educação pelo trabalho.

A promoção social dos pequenos assistidos pela entidade torna-se cada vez mais difícil diante das dificuldades econômicas pelas quais passa a Associação. Ajuda da comunidade tem sido bastante assídua, mas infelizmente insuficiente para arcar com as obrigações mensais.

Para tanto, solicito a participação, uma vez mais, do organismo do Estado, para socorrer estes menores.

A Secretaria de Justiça e Ação Social, tendo à frente este dinâmico Deputado Djalma de Almeida César, com certeza tudo fará para atender nossa reivindicação.

**REQUERIMENTO N° 543**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental, no sentido de que seja viabilizado recursos para a realização de obras e serviços, visando o combate de erosão urbana no distrito de Guaiporã, município de Iporã.

Do aprovado, requer ainda, o encaminhamento de cópias ao Senhor Vereador Moisés Mendes Sanches, ao Prefeito Municipal de Iporã e ao Presidente da AMERIOS, Senhor Cláudio Palozzi, Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocínio.

Sala das Sessões, em 01.04.91.

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

Considerando que várias ruas e avenidas do distrito de Guaiporã se encontram em franco processo erosivo em razão de sobre seus leitos carroçáveis escoar toda a água das precipitações pluviais, solicitamos à SUCEAM, estudos de viabilidade no sentido de vir a ser implantado nas referidas vias, uma rede de escoamento das águas, disciplinando e ordenando assim, o escoamento, o que colocaria fim às erosões iniciadas.

**REQUERIMENTO N° 542**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental, no sentido de que seja viabilizado recursos para a realização de obras e serviços, visando o combate de erosão urbana no distrito de Serra dos Dourados, em Umuarama. Do aprovado, requer ainda, o encaminhamen-

to de cópias ao Prefeito Municipal de Umuarama, Senhor Alexandre Ceranto, ao Presidente da Câmara dos Vereadores, Senhor Inácio Pereira Pinto.

Sala das Sessões, em 01.04.91

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

Considerando que várias ruas e avenidas do distrito de Serra dos Dourados se encontram em difícil acesso e trânsito, devido às fortes chuvas e conseqüente formação de crateras erosivas, solicito à SUCEAM, estudos de viabilidade técnica no sentido de vir a ser implantado nas referidas vias, uma rede coletora do escoamento dessas águas pluviais, evitando as erosões periódicas.

**REQUERIMENTO N° 541**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Doutor MÁRIO PEREIRA, no sentido de que seja viabilizado recursos para a inclusão no Programa Estadual de Asfalto Rural, o trecho compreendido entre a sede do Distrito de São João até o bairro Ouro Verde, passando pelo bairro Pé de Galinha, em Altônia.

Do aprovado, requer ainda o encaminhamento de cópias ao Prefeito Municipal de Altônia, ao Vereador Reinaldo Detoni e ao Presidente da AMERIOS.

Sala das Sessões, em 01.04.91

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

A presente solicitação prende-se ao fato de que, em se tratando de uma região de pequenas propriedades rurais, onde é bastante elevado o número de habitantes e cuja qualidade do solo é constituída de arenito de cauiá, o trecho em tela é de difícil manutenção, principalmente em época de chuvas.

O trânsito é impossível e o escoamento da safra agrícola fica retido nas lavouras apodrecendo, causando grandes prejuízos para o município e para a população.

**REQUERIMENTO N° 532**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião de Mello e Silva, e ao Secretário de Transportes, Mário Pereira, solicitando que seja melhorada a BR-369, conforme especificado no Ofício n° 42/91 em anexo.

Sala das Sessões, em 01.04.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

"Câmara Municipal de Rolândia  
Estado do Paraná

Ofício n° 42/91

Rolândia, 07 de março de 1991.

Senhor Governador.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, atendendo requerimento de autoria dos Vereadores José Carlos Farina e Francisco de Paula Sobrinho, vem por este intermédio solicitar de Vossa Excelência, que em razão dos constantes acidentes com vítimas fatais, ocorridos na BR-369, na curva, saída para Arapongas, sejam tomadas urgentes providências no sentido de se prevenir que mais vidas sejam ceifadas no referido local. Em outra ocasião já nos pronunciamos a respeito, pedindo atenção por parte das autoridades competentes para solução do problema. Voltamos agora, em nome da comunidade rolandense, que entristecida com a morte de uma família inteira, solicitar pelos serviços que se fazem necessários naquela pista, como por exemplo, a colocação de sonorizadores, a adequação da inclinação da pista ou um recapeamento mais áspero para que os carros não deslizem em dias de chuva.

Contando com a atenção de Vossa Excelência, na oportunidade apresentamos nossas

Cordiais Saudações.

(a) JOSÉ OSMAR ZINHO LONGHIN  
Presidente"

#### REQUERIMENTO N° 531

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja oficiado ao Senhor Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, solicitando do mesmo determinar seja levantada a situação do imóvel Catanduvas, no município de Catanduvas, neste Estado, quanto à sua titulação, bem como a intervenção daquele órgão no sentido de garantir a permanência no referido imóvel dos seus atuais ocupantes, que detêm a posse do imóvel, na maioria dos casos, a mais de trinta anos, e se encontram em vias de despejo face a ação reivindicatória movida por Joaquim Slomp, pela 2ª Vara Cível da Comarca de Cascavel.

Sala das Sessões, em 01.04.91.

(a) ERNANI PUDELL

#### JUSTIFICATIVA:

Ao que tudo indica, as terras do imóvel Catanduvas foram incorporadas ao patrimônio da União, pois outrora eram pertencentes à BRAVIACO (Companhia Brasileira de Viação e Comércio), empresa coligada ou subsidiária da antiga Companhia de Ferro São Paulo Rio Grande, encarregada de construir o terminal Itararé-S.P. a Santa

Maria-R.S. e, mais tarde, o ramal Ponta Grossa-Guarapuava-Foz do Iguaçu.

Os títulos expedidos pelo Estado do Paraná, em tempos remotos, a favor de terceiros foram, no oeste paranaense, muitas vezes, resultado de fraudes. A titulação se fez sobre terras de particulares, sobre terras devolutas e sobre terras incorporadas ao patrimônio da União.

O imóvel Catanduvas, cujos ocupantes encontram-se em processo de desalojamento, situa-se parte no perímetro urbano, parte no rural daquela urbe. A área situada no perímetro urbano, por força do Decreto 1.942, de 31.05.82, fuge da alçada da União. Ora, se o INCRA não puder agir em favor dos moradores do perímetro urbano, poderá fazê-lo o Município, pedindo ao Juiz a suspensão do despejo e utilizando-se do recurso da desapropriação. Ao INCRA, por sua vez, caberá agir em favor dos moradores das terras rurais do imóvel Catanduvas, não só averiguando a origem dos títulos apresentados pelo impetrante da ação reivindicatória, como também assegurando, por seus meios, a permanência das famílias que vêm-se às portas de engrossar o exército dos miseráveis que se alojam nas favelas da periferia suburbana, posto que, despejados, não terão onde ir em busca de sua subsistência.

Contamos, destarte, com o inestimável apoio de parte dos nobres Pares, assim como na adoção imediata das medidas propostas por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

#### REQUERIMENTO N° 530

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Prefeito do município de Catanduvas, neste Estado, solicitando-lhe urgentes providências no sentido de pedir a suspensão do despejo dos ocupantes do imóvel Catanduvas, bem como declarar de Utilidade Pública objetivando posterior desapropriação das terras urbanas do citado imóvel, com fundamento na lei n° 4.132, de 10.09.62, buscando evitar-se o gravíssimo problema social a resultar do desalojamento de inúmeras famílias que, não tendo para onde ir, vão engrossar o exército dos miseráveis que se alojam nas favelas da periferia urbana.

Sala das Sessões, em 01.04.91

(a) ERNANI PUDELL.

#### JUSTIFICATIVA:

Em ação reivindicatória movida por Joaquim Slomp, mais de uma centena de famílias estão sendo paulatinamente desalojadas do imóvel Catanduvas, sito parte no perímetro urbano e parte no rural do município de Catanduvas, onde viviam, traba-



thavam e produziam há mais de trinta anos.

A concretização dessa medida levará essas famílias a engrossar os bolsões de misérias que circundam nossas cidades nas favelas que atentam contra a dignidade humana.

O Prefeito de Catanduvas poderá contribuir no sentido de evitar-se esse fato, oficiando ao Juiz do processo pedindo a suspensão do despejo diante do gravíssimo problema social que vislumbra-se. A par disto, poderia o município de Catanduvas, fundado na lei nº 4.132, de 10.09.62, usar a medida de declaração de utilidade pública e desapropriação das terras urbanas do imóvel em menção. Mencionado diploma legal estabelece:

"Art. 2º - Considera-se de interesse social:

.....  
IV - a manutenção de posseiros nos terrenos urbanos onde, com a tolerância tácito ou expressa do proprietário tenham construído a sua habitação, formando núcleos residenciais de mais de dez famílias."

Optando pela desapropriação, terá o município dois anos "para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências e aproveitamento do bem expropriado" (art 3º da lei 4.132), lembrando que os bens assim desapropriados, poderão ser vendidos a terceiros (art.4º), atendendo-se à sua finalidade social.

Neste sentido, buscando evitar-se ver agravados os problemas sociais do município de Catanduvas que, a exemplo da Nação, são inúmeros, solicitamos as providências retro contando, além do apoio unânime dos nobres Pares, com a sensibilidade do ilustre Prefeito do Município de Catanduvas e a adoção das medidas apontadas.

#### REQUERIMENTO Nº 540

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Mário Pereira, no sentido de que seja viabilizado recursos para a construção de um trevo de acesso na PR-323 - entrada de Guaiporã - distrito de Iporã.

Do aprovado, requer ainda, o encaminhamento de cópias ao Senhor Prefeito Municipal de Iporã, Senhor Otoniel Ferreira; ao digníssimo Vereador de Iporã, Senhor Moisés Mendes Sanches; e ao Presidente da AMERIOS, Senhor Cláudio Palozzi - Prefeito de São Jorge do Patrocínio.

Sala das Sessões, em 01.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Considerando a importância que repre-

senta o distrito de Guaiporã, município de Iporã, sito às margens da Rodovia Estadual PR-323, que praticamente a divide ao meio; e considerando o perigo eminente a que se expõe sua população no acesso à rodovia, sugerimos à Secretaria de Estado dos Transportes, a realização de estudos de viabilidade no sentido de vir a ser construído com urgência, um trevo de acesso à sede daquele Distrito.

#### REQUERIMENTO Nº 520

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja oficiado ao Sr. Vitório Sorotiuk, Presidente do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, o fornecimento de assessoria jurídica às famílias que encontram-se em processo de despejo do imóvel Catanduvas, no município de Catanduvas, neste Estado, no qual residem e trabalham, em muitos casos, há mais de trinta anos, e vêem-se às portas de engrossar os bolsões de miséria que circundam nossas urbes fruto dos gravíssimos problemas sociais pelos quais padece a Nação.

Sala das Sessões, em 01.04.91

(a) ERNANI PUDELL.

#### REQUERIMENTO Nº 520-B

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador, Roberto Requião de Mello e Silva e ao Secretário dos Transportes, Mário Pereira, solicitando as seguintes informações:

1) Qual a empresa que executava as obras do contorno rodoviário da cidade de Bandeirantes?

2) Qual os critérios usados pelo ex-Governador Álvaro Dias para contratar tal empresa?

3) Qual a lei que foi transgredida pelo ex-Governador ao contratar a referida empresa?

4) Houve irregularidades no processo de licitação de obra? Se houve, que lei, decreto ou norma foi transgredida?

5) Além da paralisação a obra, conforme noticiário da imprensa (Folha de São Paulo 24.03.91), quais os procedimentos legais a serem tomados pelo Governo do Estado?

Sala das Sessões, em 01.04.91

(a) DOUTOR ROSINHA

#### REQUERIMENTO Nº 539

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimen-

tais, REQUEREM sejam prestadas as seguintes informações relacionadas ao Equipamento de Informática retirado da Assembleia Legislativa, no dia 26 de março de 1991:

1) qual a modalidade de aquisição do equipamento e qual a empresa fornecedora, anexando-se certidão do respectivo processo licitatório;

2) qual a data e os custos de aquisição/manutenção dos equipamentos, discriminando-se todos os pagamentos realizados e ao que referem-se, acompanhados de certidão do respectivo processo contábil;

3) qual a capacidade do equipamento em menção, os serviços que se pretendia realizar com o mesmo e a que órgãos e que setores atenderia;

4) quais os motivos da não operacionalização do equipamento em epígrafe até a sua devolução;

5) que providências a Mesa incrementará objetivando oferecer aos Parlamentares do Estado do Paraná, adequado apoio informatizado para o desenvolvimento de suas atividades, bem como à administração da Casa.

Sala das Sessões, em 01.04.91

(aa) ERNANI PUDELL

DR.ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO.

Transcrição:

REQUERIMENTO N° 558

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Assembleia Legislativa do artigo "A Popularização da Pena de Morte", de Fábio Konder Comparato publicado na Folha de São Paulo de 21.03.91.

Sala de Sessões, em 01.04.91

(a) DR.ROSINHA.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 97/91

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a custear as despesas com tratamento dos Servidores Estaduais ativos e inativos, quando acometidos de neoplasia maligna, mal de Hansen, tuberculose, moléstias de vista passíveis de originar cegueira, demência, cardiopatias irredutíveis e ainda no caso de necessários transplantes de rim, do coração, medula óssea, ponte de safena e outros.

Art. 2° - O Servidor Estadual para gozar dos favores desta Lei deverá requerer e ser submetido a inspeção de junta médica oficial que fornecerá o laudo comprobatório

patológico do interessado.

Parágrafo Único - No caso de ficar comprovado pelo laudo médico, sofrer o requerente das doenças especificadas no artigo 1°, bem como a necessidade de internamento do Servidor doente em nosocômio deste Estado ou fora dele, todas as despesas de internamento e correlatas serão custeadas pelo Governo do Estado, onde se julgar necessário.

Art. 3° - Ficam abertos os créditos necessários para serem atendidas as despesas decorrentes desta Lei.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.04.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa possui o fim de assegurar aos Servidores Públicos Civis do Estado do Paraná, em atividade ou inativos, internamento e tratamento das moléstias que especifica, em hospitais, garantindo-lhes o custeio de todas as despesas correlatas.

A Constituição Estadual, em seu Art. 34, inc. XIX, explicita que é direito dos Servidores a assistência e previdência sociais e em seu art. 42, determina que o Estado promoverá o bem-estar social e o aperfeiçoamento físico e intelectual dos Servidores Públicos.

Nestas condições, conclamamos a todos os Pares desta Casa de Leis, a manifestarem seu apoio à presente medida.

PROJETO DE LEI N° 98/91

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública a Biblioteca Freudiana de Curitiba - Centro de Trabalho em Psicanálise, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.04.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Enquanto em outros países a ciência avança a passos largos, mantendo-se na vanguarda das grandes conquistas científicas, ao Brasil cabe, ainda, reduzidas conquistas no campo científico-cultural, em que pese a qualidade e o potencial de grandes nomes e de grandes talentos profissionais, pois, que não nos falta material humano e, sim, apoio financeiro e estrutural aplicáveis ao desenvolvimento de tais projetos.

A Biblioteca Freudiana de Curitiba - Centro de Trabalho em Psicanálise, visa

transmitir e difundir os trabalhos desenvolvidos em nosso País e, notadamente, os trabalhos e pesquisas que na área da psicanálise estão sendo desenvolvidos em outros países.

Seus dirigentes promoverão cursos, seminários, palestras, encontros, além de outras atividades dirigidas aos profissionais que atuam na área, a estudantes e ao público interessado em geral.

É, pois, um trabalho científico-cultural que merece total e irrestrito apoio para que os seus nobres objetivos sejam alcançados.

PROJETO DE LEI N° 99/91  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica autorizado o Banco do Estado do Paraná S.A. a conceder créditos para financiamento agrícola, com pagamento em valor correspondente de produtos agrícolas.

Parágrafo Único - Os créditos agrícolas já contraídos também poderão ter seu pagamento transformado nas mesmas condições e forma proposta no presente artigo, quando assim exigir o contraente.

Art. 2° - A presente lei será regulamentada por legislação complementar, de iniciativa do Poder Executivo, até 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.04.91.

(a) ÉLIO RUSCH

Apoiamento: Rossoni, Ademar Traiano, Nelson Garcia, João Iensen, Emília Belinati, Nelson Justus, Duílio Genari, Lourenço Fregonese, Toti Colaço, Albino Corazza e Arlindo Troian.

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná tem hoje uma potencialidade agrícola em torno de 467.829 propriedades rurais, das quais 89% têm uma composição de menos de 50 hectares. O que prontamente estabelece que somos um Estado agrícola, de pequenos proprietários que trabalham sua própria terra.

O agricultor paranaense, como o de outras unidades da Federação, está sempre exposto às incertezas climáticas, do mercado e da política econômica brasileira. Esta última é a mais crucial e castigante, faz o agricultor se esquivar ou simplesmente evitar o crédito rural, pela possibilidade de sucumbir e, de via, perder a sua propriedade. Já que neste tipo de financiamento, o risco é unilateral, e sempre do agricultor contraente de empréstimo.

A presente medida tem um caráter social muito abrangente, já que permite ao

produtor rural fazer financiamento e pagá-lo com a produção que foi custeada por este mesmo financiamento, sem qualquer compromisso adicional de juros e encargos.

Por esta forma e condição de pagamento do financiamento, o agricultor contraente de empréstimo para custeio agrícola junto ao Banco do Estado do Paraná, compromete determinada quantidade da produção (só uma parte dela) financiada ou não.

A base de cálculo é o preço do produto agrícola, destinado para o pagamento do financiamento no mercado; ou o preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal, quando o preço do mercado for inferior ao mínimo estabelecido para o produto, na ocasião da assinatura do contrato de financiamento.

O contrato de financiamento estabelecerá qual o produto que custeará o financiamento e a quantidade de produto que ficará comprometida para pagamento do mesmo. No vencimento, o agricultor contraente do financiamento, fará a venda da quantidade do produto comprometido, e com o valor da venda, liquidará o Agente Financeiro. Ficando proibido ao Banco, cobrar outros valores além do auferido com a venda do produto comprometido.

A presente medida visa também beneficiar os agricultores que já possuem financiamentos rurais no Banco do Estado do Paraná, caso pretendam alterar para esta forma e a condição de pagamento, em virtude das vantagens que poderão advir dessa alteração.

O benefício que esta lei trará para a agricultura do Paraná é dos mais significativos.

O agricultor terá outra vez segurança no exercício de sua atividade.

A presente disposição legislativa valoriza o trabalho e a economia, traz prosperidade, abundante produção agrícola, já que haverá motivação para o agricultor, e ajuda a manter os jovens rurais no campo, evitando o êxodo rural que forma anéis de marginalizados e miseráveis nas periferias das grandes cidades.

Adiante, conclamo a manifestação favorável dos nobres Deputados para a aprovação do referido projeto de lei, e, igualmente, do Poder Executivo, já que também foi uma bandeira apregoada, nos palanques políticos, pelos atuais detentores do Poder Executivo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Infelizmente temos hoje que voltar mais uma vez a esta tribuna, para denunciar o despejo de, aproximadamente, 100 famílias no Município de Catanduvas.

Quero, inicialmente, fazer um pequeno histórico sobre a questão fundiária na Região Oeste do Paraná.

Há muitos anos atrás, a União concedeu à BRAVIACO, Companhia Brasileira de Viação e Comércio, a concessão de terras na Região Oeste do Paraná em troca da construção de uma ferrovia que, inclusive, ligaria Guarapuava a Foz do Iguaçu.

Posteriormente, não tendo sido construída esta ferrovia, as terras retornaram à União. Todavia, numa das páginas mais negras da história político-administrativa do Paraná, o Governo do Estado, em especial no Governo de Moisés Lupion, que começou a conceder títulos irregularmente a amigos, apaniguados políticos, a grupos econômicos; títulos de terras que se referiam à terra devoluta da União que sequer do Governo do Estado é.

A partir desta concessão do Governo do Estado, se agravaram os conflitos fundiários em toda a Região Oeste do Paraná. Nós que nascemos naquela região, sabemos que muitas famílias foram dizimadas, os trabalhadores assassinados nestas constantes disputas de terras. Todavia, ainda hoje, infelizmente, perduram as seqüelas daquela política de concessão de terras feita irregularmente pelo Governo do Estado. Uma delas, é a das terras hoje da chamada Fazenda Catanduvas, concedida a um cidadão de nome Slomp que, encontrando as terras que recebeu gratuitamente, irregularmente, do Governo do Estado devidamente ocupada por posseiros há muitos e muitos anos, ingressou com uma ação reivindicatória na Justiça. E estes posseiros, infelizmente, não tiveram os seus direitos devidamente resguardados, devidamente defendidos como mereciam e acabaram definitivamente, após uma longa demanda judicial, essa família conseguiu obter um mandado de despejo e hoje está, após muitos anos, desalojando centenas e centenas de famílias que viviam há mais de 30 anos naquela região.

O problema em Catanduvas é de extrema gravidade: envolve uma parte de um loteamento popular ocupado por bóias-frias, pessoas humildes, pessoas que sequer têm para onde ir e uma outra grande parte, aproximadamente trinta pequenas propriedades situadas na zona rural e ocupadas por pequenos agricultores que pagaram até duas vezes pela terra e até hoje não têm, infelizmente, o domínio, porque foram por diversas vezes ludibriados, tanto a nível da justiça como a nível da própria comercialização da terra.

Neste sentido, se tratando de um problema extremamente grave e que nós, até

o momento, não vimos por parte das autoridades constituídas, quer o INCRA, quer a Prefeitura Municipal de Catanduvas, tomar nenhuma iniciativa em defesa dessas famílias, nós entendemos que seria urgente a aprovação de três requerimentos por esta Casa.

Um dos requerimentos solicita ao Prefeito Municipal de Catanduvas que declare de utilidade pública as terras hoje situadas no perímetro urbano e que estão sendo objeto dessa demanda judicial. Isto, para salvaguardar os interesses e os direitos de centenas e centenas de famílias de trabalhadores pobres, humildes, que, se consumado esse despejo, certamente irão engrossar ainda mais as favelas dos municípios do Paraná.

Um outro requerimento que nós pedimos, também a aprovação do Plenário, sendo endereçado ao Presidente Nacional do INCRA, para que ele tome as providências, para que ele faça um levantamento na situação, na titulação dessas terras, situadas no perímetro rural em Catanduvas e que, se necessário, decreta a desapropriação dessa área, para evitar um problema maior.

Também estamos solicitando a aprovação, por este Plenário, de um requerimento encaminhado ao Presidente do ITCF no Paraná, para que ele providencie o acompanhamento jurídico dos interesses dessas famílias de trabalhadores humildes, naquele Município.

Era isto o que nós tínhamos e pedimos a todos a aprovação destes requerimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedemos a palavra ao Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Sra. Deputada, Senhores Deputados.

Duas razões me trazem à Tribuna nesta tarde, para o que pediria a atenção dos meus nobres Pares: a primeira, o registro da minha satisfação em retornar a esta Casa, depois de longos anos de permanência em Brasília, aonde desempenhei dois mandatos de Deputado Federal pelo mesmo partido que me trouxe aqui a esta Casa, em 1979.

O outro assunto, Senhor Presidente, Sra. e Senhores Deputados, é o relacionamento à extinção da Superintendência da Caixa Econômica em Londrina, instalada que foi em 1989. Depois de uma ampla luta das lideranças políticas de Londrina e da região. Hoje, a Superintendência da Caixa Econômica, naquela Cidade, está para ser extinta.

A decisão final já era para ter sido tomada na semana passada, em Brasília. Só não foi em razão de uma rápida mobilização das mesmas forças políticas que ensinaram

a sua criação. Ficou para amanhã, a decisão final da sua extinção, às 17h30m, na sede da Caixa Econômica, em Brasília.

E eu uso a tribuna, Senhor Presidente, para fazer um apelo, sobretudo às Bancadas Federais do PRN e do PFL, com assento no Congresso Nacional, porque o que se está discutindo, nesta hora, não é questão regional. Não se tratam de apenas interesses regionalistas. Mas se trata, isto sim, de um fato que temos como comprovar com dados e que peço a atenção de meus nobres Pares.

A Superintendência da Caixa, em Londrina, possui 79 agências vinculadas a ela e está em décimo terceiro lugar no Brasil. Em 28 superintendências ela se coloca em décimo terceiro lugar.

No mês de setembro do ano passado, ela se encontrava em quinto entre as 28 superintendências. Passou para a posição de décimo terceiro, diante do desmembramento do município de Cascavel para a superintendência de Curitiba. O seu movimento no último semestre foi muito equilibrado, nem diria apenas equilibrado, diria muito equilibrado. Fechou com 31 bilhões de receita e com 32 bilhões de despesa. 31 a 32. Ficou em vigésimo oitavo lugar no Brasil em volume de captação de recursos, enquanto a superintendência de Curitiba, no último semestre, no mesmo período portanto, teve uma receita de 41 bilhões e uma despesa de 71 bilhões, em relação à receita. 30 bilhões de diferença entre despesa e receita a superintendência de Curitiba!

Não estamos aqui para nos posicionarmos contra a superintendência de Curitiba. Absolutamente. Ela tem sua razão de ser, tem seus méritos e estaremos aqui também para defendê-la. Mas, não podíamos deixar de mostrar este paralelo para demonstrarmos ao final que o que está ocorrendo em relação à sua extinção, a superintendência de Londrina é uma decisão meramente política, não levando em consideração os aspectos técnicos, econômicos, financeiros e sociais.

Outro assunto que também acho importante que seja registrado aqui nesta hora, para fundamentar o meu apelo às Bancadas do PRN e do PFL na Câmara e Senado da República é a qualidade de funcionários. A Superintendência de Londrina em extinção conta com 243 funcionários para mais de 200 municípios, enquanto que a Superintendência de Curitiba conta com 509 funcionários, para um número inferior de municípios aquele que a Superintendência de Londrina jurisdiciona.

Número de viaturas. Parece que não mas, no momento em que se fala em contenção de despesas e a Caixa Econômica é um órgão do Governo e temos que citar, a de Curitiba tem 17 veículos e a de Londrina tem apenas 03 veículos. Em 20 meses de

existência a Superintendência de Londrina financiou 48 mil unidades habitacionais. Liberou 12 bilhões de cruzeiros para saneamento urbano. 7 bilhões para desenvolvimento urbano, galerias pluviais e etc. 3 bilhões para o Fundo de Assistência Social, o FAS, para construção de creches, hospitais e minipostos de saúde.

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados. Como podemos observar, não podemos ficar calados diante desta decisão que deve ser tomada amanhã em Brasília. E é neste sentido que faço um apelo não só às bancadas federais do PRN e PFL, mas às bancadas estaduais desses partidos, com assento nesta Casa, muito especialmente ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que é o Deputado mais votado de Londrina e faz parte do partido do Governo. Faço este apelo a S. Exa. porque sei que ele tem um dever de gratidão para com Londrina e, além do mais, é porque sei que por trás deste trabalho de fechamento, de extinção da Caixa em Londrina, está o ex-Deputado José Carlos Martinez que, inconformado com sua derrota para o Governo do Estado, vem agora querer enfeixar em suas mãos um poder monolítico da centralização que foi algo que ao longo dos anos nós condenamos aqui desta tribuna.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Com a palavra, o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Após visitar nestes dias de recesso da Assembléia, os municípios de Laranjeiras do Sul, Francisco Beltrão, Marmeleiro, Ampere, Salto do Lontra, Verê, Salgado Filho, Dois Vizinhos e Renascença, na Região Sudoeste do Estado, me faz voltar a esta tribuna para falar sobre a agricultura e a seca do Paraná.

Algumas vezes já nos pronunciamos neste Plenário sobre o problema com a atual seca no Paraná inteiro e com referência à região, a qual resido que é a sudoeste do Estado. Os agricultores, através de suas entidades, de suas organizações, cooperativas, sindicatos, entidades representativas, vêm já, há mais de dois meses se reunindo, discutindo, se organizando, conversando com autoridades sobre a calamidade da seca na Região Sudoeste.

Alguns pedidos já foram encaminhados a várias autoridades com referência à sobrevivência dos pequenos agricultores em função da seca. Recurso de emergência para a salvação da agricultura das cidades, dos pequenos municípios do Interior do Estado e da região estão sendo procurados nos órgãos do Governo Federal, principalmente, para que se consiga uma ajuda emergencial,

recursos de emergência para os pequenos produtores rurais conseguirem sobreviver até a próxima safra. A liberação de crédito especial para a próxima safra, a prorrogação dos financiamentos para dois, três anos seguintes. A liberação dos cruzados confiscados pelo plano Collor I, dos agricultores. São algumas reivindicações, além de uma reivindicação do movimento no Sudoeste que era a decretação de estado de emergência da região que foi, inclusive conseguida através de contatos com a participação, também, da Acamsop - Associação dos Prefeitos da região junto ao Governo do Estado.

Os desdobramentos desta campanha, "salve a agricultura", "salve sua cidade", "salve seu emprego", têm chegado a todo Paraná, audiências com autoridades federais, o movimento, a organização dos agricultores já conseguiu, inclusive com o Ministro Cabrera e com a Ministra Zélia. O fato específico da decretação de emergência na região Sudoeste traz, também, um questionamento para o Paraná como um todo, das outras regiões do Estado, da seca que se abate por todo Paraná, e que nem só o Sudoeste está prejudicado, está em estado de emergência. O decreto de emergência traz algumas facilidades para solução de alguns problemas, como por exemplo, a rolagem das dívidas das Prefeituras, além de poder de barganha do movimento para conquistar ou conseguir algumas necessidades básicas para a região e para o Estado em função da seca. Os jornais publicam neste último fim de semana a situação calamitosa em que se encontra a região Sudoeste do Estado; mas, não me refiro unicamente ou simplesmente ao Sudoeste, porque a seca castiga drasticamente também a região Centro e outras regiões do Estado do Paraná. Os jornais dão por informações de órgãos da Secretaria da Agricultura da região uma perda de mais 65% da safra de arroz, uma perda de mais de 40% da safra de milho e soja no Sudoeste do Estado. Além das dificuldades trazidas para os setores da pecuária, da avicultura, da suinocultura e outras culturas de subsistência, além dos setores da agroindústria da região que vêm provocando sérios reflexos a essas atividades em função da seca na agricultura. Há necessidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de um envolvimento desta Assembléia Legislativa neste processo de emergência. Quando se decreta emergência normalmente vem à nossa cabeça, de que se decreta um caso de emergência numa calamidade pública, numa enchente, num desastre, num tremor de terra, ou qualquer outra coisa parecida.

Não é em vão esse decreto de emergência na região Sudoeste. Isto justifica a calamidade que se encontra a região do Es-

tado em função dessa seca. Mais de trinta milhões de cruzeiros, a seca já traz de prejuízo para a região. Não se vê mais gente, povo nas ruas, na cidade, porque o povo não tem mais nem como sair do Interior. O agricultor está desesperado, o poder público também, porque é em função de um grande prejuízo desse, os recursos públicos em função da queda da safra também trazem a previsão de um futuro negro para a região em termos até das administrações municipais.

Portanto, nós queremos conclamar à Assembléia Legislativa, através dos seus Deputados, que um movimento e as organizações dos trabalhadores estão procurando, irão procurar Deputados, a Assembléia nesses próximos dias, para conversar, para discutir o problema; para conseguir também audiência com o Governador do Estado, para que o Governador Roberto Requião possa dar o apoio possível do Governo do Estado, mas ainda também uma audiência com o Presidente da República, porque sabe-se que as reivindicações maiores dependem do âmbito federal.

Mas isto não nos isenta de participar, de conclamar as autoridades responsáveis pelo setor, para que se tome medidas, que não fique apenas na emergência, no papel, mas, que recursos de formas de sobrevivência sejam tomados pelas autoridades, pelo Poder Público, para a região Sudoeste, para o Paraná em função da seca.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Como é do conhecimento de toda a Nação, a semana passada, há dez dias atrás, a Câmara dos Deputados rejeitou com auxílio da Bancada do Sr. Leonel Brizola, do PDT, rejeitou Projeto de Lei da Oposição que proibia o Governo Federal de, indiscriminadamente ditar as medidas provisórias.

Nós estranhamos o comportamento por uma questão de economia interna da Bancada do PDT, nós não vamos absolutamente entrar no mérito do posicionamento daqueles Deputados que, não comparecendo à votação possibilitaram a derrubada do projeto.

O que é que resta hoje à Nação?

A esperança de que o Senado Federal aprove de uma vez por todas o Projeto da Oposição impedindo o Presidente da República a governar por medidas provisórias. Ele tem se excedido na edição de suas medidas, muito mais do que à época do Presidente Sarney, do Governo Sarney, inclusive implantando planos econômicos, confiscando poupança, confiscando ativos



financeiros, fazendo o que bem entende através das Medidas Provisórias. Isto se chama ditadura e não democracia.

E neste sentido, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, o Senador do PTB paranaense, José Eduardo, fez um pronunciamento muito importante no fórum sobre a sociedade civil e pacto social, realizado em Brasília, em favor do estabelecimento do Poder Legislativo como mais legítimo fórum de debates para o entendimento nacional.

A atitude do Senador vem de encontro ao desejo dos mais sinceros Parlamentares que pretendem devolver ao Legislativo a respeitabilidade e a honradez de que foi tributário por muitos anos, evidentemente, antes da crise institucional que se abateu sobre o País nas últimas décadas.

Tomo a liberdade de solicitar à Mesa a inclusão nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná íntegra do discurso daquele Parlamentar paranaense, em função de sua dimensão histórica e política. O Paraná deve apagar de sua história recente, o comportamento antropofágico que sempre prejudicou o Estado com a luta entre nossos líderes e a conseqüente destruição de caminhos políticos para o soerguimento do Paraná, dentre as demais unidades da Federação. Num gesto de aproximação entre as diversas correntes políticas que militam em nosso Estado, somos de parecer que devemos prestigiar acima da implicação partidária, todos os gestos e palavras que, efetivamente, contribuem para a ascensão do Paraná em nível nacional.

Ao cobrar a lucidez e o bom senso do Governo Federal, o Senador José Eduardo recoloca as coisas nos seus devidos lugares. O Parlamentar realça que o Governo Federal, quando requer da Nação o entendimento nacional em prol da resolução que se faz necessária, só poderá eleger seus próprios interlocutores para dialogar com todos os demais setores da sociedade. Não pode, de maneira nenhuma, eleger aqueles interlocutores com quem deseja negociar o acordo nacional, por melhores que sejam. A sociedade, bem lembra o Senador José Eduardo, deve eleger seus interlocutores sem a interferência do Governo Central em que pesem sua desaprovação ou consentimento. O que o Governo Central não pode fazer é dizer que só negocia com este ou aquele líder sindical empresário, político, etc. somente porque entende serem estes os melhores interlocutores.

O Senador José Eduardo, demonstrando conhecer bem a questão do poder político nas democracias, ainda fez questão de lembrar ao Governo Federal que, "nas ditaduras manda quem é nomeado, nas democracias manda quem é votado, o resto obedece". Isto parece óbvio à primeira vista, mas dada

a tendência autoritária do Governo Central, não faz mal lembrar ao público algumas boas verdades, que precisam ser relembradas de vez em quando para não perdermos o fio da meada.

Não se pode, como fala o Senador, exigir de acordos tão vastos como são os pactos sociais, a perfeição dos relógios digitais. Importa ir fazendo, ir caminhando, sem no entanto desejar que seres humanos produzam obras de engenharia social sem a menor mácula. O Governo Federal, quando adia eternamente o entendimento nacional, buscando o acordo perfeito, na verdade expõe o país à mais violenta crise já vista pelo Brasil, enquanto se dá ao luxo de esperar que a liderança lhe caia às mãos. O Governo Federal, como ressalta o Senador José Eduardo, tem de entender que, se a sociedade brasileira vier a ganhar algum fôlego com tal acordo, o Governo será o primeiro beneficiário.

Por fim, mas não menos importante, o Senador José Eduardo elege o Congresso Nacional, e com ele todas as Casas Legislativas, como sendo os fóruns mais legítimos para alcançarmos o entendimento tão caro aos nossos cidadãos, e que a classe política demora em concretizar.

Muito obrigado.

Senhor Presidente, eu encaminho à Mesa, no final desta rápida apresentação, o discurso proferido pelo Senador José Eduardo no fórum de debates sobre a sociedade civil e o pacto social.

O trabalho intitulado a SOCIEDADE CIVIL E O PACTO SOCIAL é muito extenso e para eu não cansar a Casa, naturalmente terá oportunidade de verificar ao proceder à leitura, no Diário da Assembléia, do pronunciamento do nobre Senador José Eduardo de Andrade Vieira.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) José Afonso Júnior com a palavra.

Encerrado o Horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PMDB se fará uso do seu horário. Com a palavra o nobre e ilustre Líder, Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a situação do Paraná, evidentemente no que diz respeito à agropecuária já é sabido de todos nós que está se complicando dia-a-dia. Só para se ter uma idéia estivemos hoje reunidos com o Secretário da Agricultura, Dr. Osmar Dias, e o mesmo apresentou a nós e ao Governador Roberto Requião a situação de quase calamidade porque estamos passando. Não é apenas a região sudoeste do Paraná, onde a decretação de calamidade pública já é uma



Curitiba, segunda, em 01.04.91

realidade, mas no Estado inteiro. É bom que nós estejamos conscientes da gravidade porque passa o setor. Para se ter uma idéia o algodão tem uma previsão de perda em relação às estimativas iniciais de colheita da ordem de 26%; o arroz da seca em torno de 52%; o feijão das águas em torno de 32%; o feijão da seca em torno de 9%; o milho em torno de 24% as perdas previstas. O milho daquilo que nós chamamos safrinha, uma perda em torno de 22% e o soja em torno de 18% de perdas. Estabelecendo-se uma média em torno de 24% as perdas da nossa agricultura na atual safra de verão que está sendo colhida pelos paranaenses. Isto representará para nós, numa análise bastante simplista, a perda de, em torno de, 6 bilhões de cruzeiros de arrecadação de ICMS, além do que isto gerará, sem sombra de dúvida, dificuldades no abastecimento tanto interno, quanto externo ao Estado do Paraná, e tudo isto em decorrência da estiagem que aconteceu no Estado em duas etapas: no final de dezembro, início de janeiro, e no final de janeiro início de fevereiro do corrente ano. Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que nós estivemos reunidos também na Assembléia Legislativa na última terça-feira, em reunião do Bloco Agropecuário, quando tiramos algumas posições com relação à cultura do trigo que também passa por momentos de grandes incertezas, porque o valor básico de custeio liberado pelo governo federal da ordem de 33 mil cruzeiros por hectares não cobre 50% sequer dos custos para o plantio dessa cultura de inverno. Além disto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o valor estabelecido, o preço de venda desse cereal estabelecido não cobre também sequer 50% do custo que terá esse produto quando for colhido pelos paranaenses e nós todos sabemos que a questão do trigo é realmente prioritária para o Paraná, porque mais de 50% de todo esse cereal colhido no país tem origem no Estado do Paraná.

Neste sentido, através de decisão do Bloco Agropecuário, da Comissão de Agricultura, já enviamos telex às autoridades federais constituídas e estamos motivando também os nossos Deputados Federais para que se reúnam, para que mantenham contato com o Ministro da Agricultura, com a Ministra da Economia, para que possamos rever esta posição com referência ao valor básico de custeio, com referência ao preço do trigo.

Além desta questão do trigo, que é uma questão que já vem de algum tempo porque sequer os agricultores receberam toda a safra colhida, vêm agora os problemas com a nova safra que já era para ter sido iniciado o plantio no Paraná. Somados a isso, os problemas da estiagem e é por esta ra-

zão que também estamos tomando as providências para que chegue ao governo federal, por parte da Assembléia Legislativa, porque por parte da Secretaria da Agricultura, as medidas já estão sendo tomadas, reivindicações no sentido de que o governo federal regularize a situação do Proagro, que só no caso do trilhão, existem mais de 30 mil processos paralisados a nível de Banco do Brasil. Que o governo federal libere o empréstimo para que possa existir uma certa tranquilidade com referência à comercialização da safra de verão que está sendo colhida. Que seja também liberada a última parcela do custeio da safra de verão, porque já estamos colhendo, ou em algumas culturas até já terminamos a colheita e a terceira parcela, a última parcela com referência ao custeio também não foi liberada.

Temos que alertar ao governo federal, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que se nenhuma dessas medidas forem adotadas, revisão do preço do trigo, liberação do IGF, liberação da parcela de custeio, nós estaremos deixando à margem do processo de trabalho, à margem do processo de oferta de mão-de-obra cerca de 215 mil bóias-frias no Paraná, que já vivem numa condição subempregadas e que se nós não tivermos a safra de inverno sendo plantada, se nós não tivermos a liberação dos recursos para o término da colheita, estas pessoas ficarão não subempregadas, mas ficarão desempregadas na totalidade.

Por isso Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós estaremos no decorrer desta semana, colhendo mais subsídios e nos somando aos demais parlamentares que hoje se pronunciaram na tribuna, no sentido de enviarmos às autoridades constituídas em Brasília, os documentos que se fazem necessários para que possamos sensibilizá-los. Não estaremos reivindicando nada a fundo perdido, mas reivindicando apenas e tão somente aquilo que já é de direito do Paraná e dos agricultores paranaenses.

Isso não ocorrendo Senhor Presidente, nós teremos que importar alimentos mais uma vez. Ocorrerá uma dificuldade no pagamento das dívidas por parte dos proprietários, em especial dos pequenos proprietários rurais e isso advirá mais um problema sério, que é a perda de algumas propriedades rurais para o sistema financeiro que irá executar, sem sombra de dúvidas, as dívidas não recebidas.

Portanto, nós temos que levar adiante esse movimento reivindicatório da agropecuária paranaense, no sentido de que possamos ver atendidas essas reivindicações, para que o Paraná possa respirar um pouco mais aliviado, porque do jeito como estamos caminhando, com toda certeza, a quebra da safra não será apenas de 24%. A quebra

da safra estará aumentando no dia-a-dia e os problemas sociais no Paraná, se agravando a cada instante.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PSDB

com a palavra.

(Declina).

PRN com a palavra.

(Declina).

PFL com a palavra.

(Declina).

PDT com a palavra.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

Na última semana, por delegação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, este Deputado, junto com o líder do Governo, Deputado Orlando Pessuti, nos dirigimos até a capital do Estado de São Paulo para prestigiarmos a posse de Sua Excelência Abraão Lincoln, ex-Deputado do Paraná.

Lá se encontrava, Sr. Presidente, além da delegação da Assembléia, Sua Excelência o Sr. Governador do Paraná, Dr. Roberto Requião; o ex-Governador João Elísio Ferraz de Campos; e o Senador do Paraná, Dr. José Eduardo.

A posse foi uma das mais concorridas que já assistimos até hoje, quatro mil pessoas lotavam o clube onde se procedia a este acontecimento. E, para orgulho do Paraná, o Dr. Abraão Lincoln, era empossado como Presidente da Associação Comercial.

No decorrer da posse, eu e o Líder do PMDB, Deputado Orlando Pessuti, tivemos a oportunidade de conversar com o Dr. Lincoln a respeito do que poderá ajudar o nosso Estado do Paraná. E, entre outras coisas, ele dizia que realmente a Associação que ele estava assumindo, que é a Associação Comercial de São Paulo, ainda a Federação das Associações Comerciais do Brasil, ele virá aqui no Paraná e terá o prazer muito grande de conversar com Sua Excelência o Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, conversar com os Srs. Deputados para receber dados, elementos que possam, lá em São Paulo, ajudar o comércio do nosso Estado do Paraná. Acho que foi positiva a nossa viagem. E realmente nós ainda tivemos a oportunidade de visitar a Assembléia Legislativa de São Paulo, onde o Deputado Pessuti encontrou o seu companheiro Tinoco, e eu encontrei os nossos companheiros do PDT. Se no Paraná o PDT, dizem, é dividido, imaginem em São Paulo. São três Deputados. Um apoiou Paulo Maluf, outro apoiou um outro... Enfim, realmente, se o PDT do Paraná está dividido, em São Paulo está muito mais. O Deputado Pessuti acompanhou. Ainda sobre a

nossa viagem à cidade de São Paulo, assistimos na Assembléia uma briga muito grande sobre o problema dos veículos. Entre os Deputados que querem ter carro e os que não querem. E parece que o PT de São Paulo com uma Bancada composta por dezesseis Deputados também não estavam abrindo mão do direito de ter um veículo, alegando, inclusive, que precisam do veículo para atenderem seus eleitores, suas regiões.

Então, foi muito proveitosa a viagem. E ainda para finalizar esta viagem o nosso amigo Pessuti encontrou o seu grande amigo e companheiro que é o Gaúcho da Fronteira.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Quando Vossa Excelência levantou a questão dos veículos da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, quero ser testemunha como Deputado do Estado do Paraná de que a necessidade de um Deputado ter um veículo à disposição dos prefeitos, das lideranças políticas, é muito grande.

Tenho um veículo da Assembléia Legislativa do Estado pelo qual assumo toda a responsabilidade. Mas é muito pouco usado pelo Deputado Dirceu Manfrinato. Fica à disposição dos prefeitos, das lideranças, das professoras, dos professores que às vezes vêm aqui à Capital para ver alguma aposentadoria, um nível de avanço no setor de educação. Atender os menos favorecidos pela sorte, que vêm buscar recursos na capital do Estado quando se encontram enfermos. Aqui é a última esperança que existe para estas pessoas que buscam assistência social na Assembléia Legislativa do Estado.

Então, acho que este é um caso, para o Deputado Dirceu Manfrinato, quando se levantou na "televisão Globo", no "Globo Repórter", que mostrou a garagem da Assembléia Legislativa do Estado, que tinha carro sem placa, com placa fria, e apresentaram também um carro com placa branca, um carro oficial, cujo carro era de minha responsabilidade. Mas a televisão não procurou, de forma nenhuma, dizer que esta garagem e este carro com placa oficial pertencia e pertence ao Deputado Dirceu Manfrinato. Eu também fui generalizado, no meio de todos. Então, na verdade, nós temos que assumir a postura e a responsabilidade não só esta excelência que defendo eu. Eu acho que compete aos Deputados que aqui compõem este Poder Legislativo.

Nós vemos por aí, ilustre Deputado, tantos e tantos empresários sonegando o Estado, deixando de pagar os compromissos com o Governo e não são fiscalizados, às vezes, como a imprensa deveria fiscalizar. A marginalização, hoje, está em cima somente do homem público. Então, é por isso que eu sou solidário a Vossa Excelência.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Eu agradeço.

Só para concluir, Sr. Presidente, eu acho que o que a população espera dos nossos companheiros Deputados do Paraná, do Brasil, é que manchetes como esta não sejam publicadas na imprensa. Educação: vergonha nacional. Uma aula de incompetência. O Brasil expõe uma de suas faces mais dramáticas. Seu sistema educacional é um dos piores do mundo. A evasão escolar atinge índices alarmantes e pelo menos 14 milhões de crianças são classificadas como analfabetas. É uma rede de penúria e abandono. Os políticos, diz a reportagem, os políticos são os donos do dinheiro, com verbas que deveriam atender os setores mais carentes, os Parlamentares fazem uma teia de corrupção e clientelismo às custas da educação.

Esta reportagem, eu gostaria de passar para o meu amigo, companheiro da minha região, Deputado Alceu Swarowski, Presidente da Comissão de Educação da Assembléia, para fazer um levantamento, junto com os companheiros da Comissão e trazer algo de trabalho a este Plenário, para mostrarmos o nosso trabalho aqui na Assembléia a esta reportagem, que realmente é uma reportagem séria, da "Folha de Londrina", que merece o maior crédito, pela seriedade com que foi colocada.

Só finalizando, Sr. Presidente, queria lhe cumprimentar pelo seu espírito democrático, ontem, na Boca Maldita tomando cafezinho e conversando amigavelmente com o nosso Governador Roberto Requião.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, no Horário das Lideranças, o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Srs.

Deputados. Infelizmente hoje, mais uma vez, somos compelidos a chegar a esta tribuna e fazer uso da palavra. Não porque gostamos de microfone. Mas, porque entendemos que existem muitas coisas ocorrendo e infelizmente dentro desta Casa e que nós não podemos nos calar.

A semana passada, enquanto a grande maioria dos nossos Deputados percorriam as suas regiões, já que nós não tivemos Sessões Ordinárias na Semana Santa, nós nos deparamos com um fato estranho. Estava aqui, nesta Casa, um caminhão sendo carregado. E este caminhão estava sendo carregado com os computadores da Assembléia Legislativa do Paraná. Tomamos conhecimento, extra-oficialmente, de que estes computadores foram adquiridos já há cerca de dois anos e meio e se destinavam a implantar um processo de informatização desta Casa, onde nós pudéssemos centralizar todas as informações pertinentes ao Poder Legislati-

vo. Mais do que isso. Parece-me que este equipamento se destinava, acima de tudo, a permitir de uma forma transparente e clara, acesso a todos os Deputados e também à população, às informações desta Casa, de uma forma ágil.

Tivemos conhecimento de que este equipamento, caríssimo, se manteve por muitos anos encaixotado aqui nesta Casa e, segundo informações com dezenas e dezenas de funcionários sendo pagos para operar este equipamento e este sequer foi utilizado. Diante disto nós, de imediato, temos que fazer infelizmente uma conclusão da maior gravidade. Parece-nos estranho que durante tantos anos o Estado esteja pagando ao Poder Legislativo um equipamento inclusive com pagamentos mensais sem que seja utilizado.

Isto, Srs., é desrespeito ao patrimônio público. Pagar um equipamento e não utilizá-lo é um dos mais graves desrespeitos com o dinheiro do povo. Nos remete à constatação de que tivemos incompetência. A mesma incompetência, talvez, que permite aquele belo painel caríssimo, deve ter sido, destinado a registrar as presenças, os votos dos Srs. Deputados, sofisticado, até hoje não esteja funcionando.

Gostaria aqui de, se me permitem, dizer que analisei esta questão com toda a boa vontade. Fiquei imaginando que podia ter havido algum problema técnico... não foi possível colocar este equipamento em funcionamento... alguma coisa deve ter havido. Chego à uma outra conclusão e, embora com boa vontade, sou obrigado a suspeitar de que não há interesse efetivamente na implantação de um sistema de informação nesta Casa.

Li pelos jornais o posicionamento do Sr. Presidente dizendo que o equipamento era obsoleto. No entanto, foi adquirido há dois anos e pouco. Parece-me. Dizia neste jornal que o equipamento seria substituído por um outro, por microcomputadores. Então nós estamos extremamente preocupados porque entendemos que quando se fala em informatização na Assembléia estamos imaginando que os Deputados do seu gabinete tenham acesso a tudo o que acontece na Casa. Onde estão os projetos que estão sendo encaminhados, votados, quais as comissões, qual a situação de cada um, o corpo funcional desta Casa, onde estão os funcionários, quem são, o patrimônio desta Casa, quais os projetos de interesse nacional que estão sendo discutidos no Congresso Nacional, tudo isto pudéssemos ter acesso a estas informações.

Parece-me, quero estar enganado, mas me parece que a Casa faz uma opção por instalar um equipamento agora que vai compartimentalizar as informações, ou seja, vamos ter um pequeno computador para cui-

dar das atas da Assembléia, teremos um outro para registrar o controle dos funcionários da Assembléia, teremos um outro computador, pequeno, para cuidar do controle de todos os projetos que estão tramitando nesta Casa.

Com isto, mais uma vez nós Deputados, certamente, ficaremos impedidos de ter, de uma fonte só todas as informações sobre este Poder.

Digo isto porque tomamos a liberdade de encaminhar um requerimento a esta Casa pedindo informações sobre a aquisição ou aluguel daquele equipamento que foi retirado da Assembléia. Quero dizer que, para nós, se for constatado que este equipamento não foi utilizado por esta Casa e que esta Casa tenha pago por este equipamento, nós iremos acionar os responsáveis, seja quem for, colega nosso ou não, para que reponham ao erário público as importâncias dispendidas.

Para concluir, Sr. Presidente, quero aqui de público provocar um debate no sentido de que esta Casa, todos os seus Parlamentares possam participar ativamente da discussão e da implantação sobre novos equipamentos e serviços aqui prestados, porque embora reconheçamos a competência do Sr. Presidente, muito "expert" e entendido em computadores, nós entendemos que esse é um debate que interessa a todos nós. Gostaríamos que daqui para frente sejas ouvidos na distribuição de todos os equipamentos nesta Casa e da implantação. Acho que uma discussão democrática, aberta, transparente, é salutar, até para que o Poder Legislativo dê exemplo internamente de rigor no trato da coisa pública, e possa, enfim, cumprir a sua missão maior e Constitucional que é de preservar e fiscalizar os demais poderes desse Estado.

Era isso, muito obrigado!

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Só uma retificação para a história. O nobre Líder de minha Bancada Deputado Geraldo Cartário fazia apologia da posse do paranaense Dr. Lincon da Cunha Pereira na Associação Comercial de São Paulo. Ao nos associarmos ao júbilo de Sua Excelência pela posse de um paranaense em tão destacado posto do vizinho Estado de São Paulo nós queremos ressaltar que o ilustre Presidente da Associação Comercial de São Paulo, paranaense de cepa e tradição não se chama Abraão Lincoln, chama-se, isto sim, Lincon. Claro que o PDT se sentiria profundamente honrado se houvesse tido seu Líder na posse de Abraão Lincoln, daí nós teríamos tido chance de revogar o tempo e participar da Guerra.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Projeto

de Lei do Deputado Élio Rusch. Necessita de apoio.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - O PSD que tem um espaço limitado dentro do tempo de Lideranças, uma vez por semana, não foi citado para falar nesse expediente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência quer fazer uso da palavra? Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na semana passada nós tivemos a honra de participar da discussão do bloco agropecuário e pudemos sentir de fato a necessidade da participação de todos os Parlamentares na discussão dos problemas que afligem a agricultura do Paraná e do Brasil junto às discussões desse bloco agropecuário. Nós achamos que é bastante prudente a nossa participação porque o caos está posto a nível de Brasil, é na agricultura, é na saúde, é na educação, é na segurança. E nós acreditamos que a participação dos Senhores Parlamentares como tivemos a honra de participar pela primeira vez das discussões daquele bloco agropecuário, vai inclusive trazer conhecimentos que são fundamentais para esta representação que temos aqui nesta Casa.

Preocupa-nos no momento em que a gente vive uma desnacionalização pela tentativa da privatização deste País e a entrega do mesmo ao fundo monetário internacional e aos grandes capitais nacionais e internacionais, porque infelizmente é o trabalhador que está pagando o preço do desgoverno que está posto aí, nós já queremos aqui, neste momento, deixar registrada a nossa preocupação pelos constantes boatos que começam a surgir pelos órgãos de imprensa, pelos companheiros Deputados, pelos funcionários públicos com relação à possibilidade do não pagamento parcelado, lamentavelmente parcelado dos salários dos servidores públicos do Estado do Paraná. Nós queremos crer que essas preocupações, que estas falas se prendem apenas a especulações ou tentativas até de desestabilizar o governo do Paraná que se inicia neste momento. Nós sabemos que as perdas são significativas, nós sabemos que a proposta de reajuste que foi apresentada pelo Governo passado não cobre as necessidades e a defasagem que os servidores públicos tiveram e obviamente, cortar neste momento este reajuste representará o caos na vida do trabalhador do serviço público, deste Estado. Nós queremos crer que isto represente apenas um boato, represente apenas uma especulação, porque temos a certeza que este governo não terá e não deverá ter como objetivo entrar em confronto neste

primeiro momento, com os servidores públicos do Estado do Paraná.

Sensibiliza-nos e nos coloca com bastante preocupação também, as falações dos nobres companheiros Manfrinato e Ernani Pudell, quando pelo Paraná afora nós somos questionados e somos vistos quando apresentados como Parlamentares, como verdadeiros marajás e usurpadores da coisa pública e do dinheiro público neste Estado.

Nós acreditamos que de fato, cada Deputado deve assumir a verdade sobre a sua atuação, sobre ganhos, sobre esta realidade que está posta em sua vida parlamentar. Não podemos deixar que se generalize, porque alguns têm o preço de algumas negociatas, não podemos deixar que o Parlamento do Paraná, que o Poder Legislativo, mais uma vez, sofra as agressões e o desrespeito que está sendo posto pelos diferentes órgãos de imprensa.

Há uma denúncia. Por quê não assumirmos a transparência de tudo isto? Por que temos medo da verdade?

Nós acreditamos que este trabalho, esta verdade, tem que ser passada a quem paga para estarmos aqui representando os seus anseios, que é o povo do Paraná.

Nós acreditamos que a imprensa deve denunciar o fato. Toda dúvida que for deixada por este Parlamento, pelo Poder Executivo, pelo Poder Judiciário, em todas as dúvidas que porventura não houver esclarecimentos, cumpre à imprensa séria do Paraná, denunciar, não apenas a questão do Poder Legislativo, mas todas as dúvidas que envolvam a questão pública que é do interesse da sociedade paranaense.

Então, devemos assumir com realidade o que estamos vivendo dentro deste Parlamento, em todos os níveis que estão merecendo a cada instante diversas e diferentes denúncias pelos órgãos da imprensa.

Eu creio que quem está com a verdade, não terá medo destes questionamentos, e nós aqui aplaudimos de fato, a imprensa séria que faz as suas denúncias por ter dúvidas, e nós acreditamos que este Parlamento deve honrar por esta transparência, que aqui hoje, se pronunciaram diferentes Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício SEPL/S/051/91, subscrito pelo Sr. Secretário de Estado do Planejamento, constante do expediente, encaminhando esclarecimentos sobre o requerimento de autoria do Deputado Dr. Rosi-

nha. - À Diretoria Administrativa, para ciência do Sr. Deputado autor do requerimento.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, devidamente apoiado, constante do expediente. - À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 18/91, de autoria do Sr. Deputado LOUREÇO FREGONESE e OUTROS, que revoga a Resolução n° 51/90, a qual autoriza a realização de plebiscito no Município de Paranaguá, para que a população decida sobre a criação do município de Pontal do Paraná. Com Parecer Favorável da C.C.J. - Em discussão.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Pela Ordem.

Folheando a Ordem do Dia de hoje, constatamos que os projetos que estão em discussão hoje, notadamente os itens 2 a 7 e 19 e 10 da pauta, são projetos cuja competência terminativa é das Comissões Permanentes desta Casa, conforme estabelece claramente o artigo 28, inciso II, do Regimento Interno, salvo se houver recurso de um décimo dos membros das respectivas Comissões.

Como observamos também que em nenhum desses projetos com exceção de um, foi aprovado com regime de urgência, entendemos que estes projetos devem ser retirados da Ordem do Dia, e devem ser apreciados nas respectivas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa, após a votação do Projeto de Resolução n° 18/91, vai decidir a Questão de Ordem de Vossa Excelência.

Há requerimento de autoria do Deputado Carlos Simões, retirando o Projeto de Resolução n° 18/91, por dez sessões.

O SR. LOUREÇO FREGONESE - (Para encaminhar) Sr. Presidente.

Eu gostaria de pedir ao ilustre Deputado Carlos Simões que revisse sua posição, pois mais de 150 mil pessoas estão esperando que esse projeto se decida de uma vez por todas. Nós estamos aqui não para brincar com as esperanças e com o sentimento da população; estamos aqui pedindo para que se vote e se defina a si-

tuação de uma área de terra que pertence ao mais antigo município do Estado do Paraná e, por conseguinte, um dos mais esquecidos nos últimos dez anos pelos governos que por aqui passaram.

Então, nós gostaríamos de pedir ao ilustre Deputado Carlos Simões, que retire seu requerimento e deixe que a discussão flua normalmente.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para encaminhar) - Sr.

Presidente, eu acho que o requerimento do nobre Deputado Carlos Simões veio em boa hora e veio exatamente em cima da discussão que eu provoquei na última quinta-feira, em função de que existem dois mandados de segurança correndo na Justiça, tentando sustar a criação do município de Pontal do Paraná, cujo projeto é de sua autoria. E parece-me que se a Assembléia - eu volto a dizer o que disse na quinta-feira - aprovar este projeto de resolução, estará incorrendo no erro de aprovar, mais uma vez, uma lei que o próprio Prefeito de Paranaguá diz ser inconstitucional.

O requerimento do Deputado Carlos Simões - e me parece assinado por outros Deputados, dentre eles este Parlamentar -, veio em boa hora. E acho que a Casa tem que refletir. É melhor se adiar uma discussão do que tomar uma decisão precipitada, que possa até colocar em choque, mais uma vez, esta Assembléia.

Eu solicito aos companheiros Parlamentares que votem este requerimento pedindo o adiamento desta discussão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs.

Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão. Rejeitado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e fará a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

11 Srs. Deputados aprovam.

22 Srs. Deputados rejeitam.

Rejeitado o requerimento.

Em votação o projeto de resolução.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em que pese estranhar até a posição tomada por Sua Excelência o Presidente, que foi o batalhador, que foi o idealizador do projeto, o que nós estamos sentindo é que esta Casa, mais uma vez, parece que

o que votou e serviu ontem, hoje não vale mais; o que votou na época eleitoral tinha validade, não sei se havia de outras pessoas interesses políticos, da minha parte não havia, porque a briga, a discussão, o interesse da criação do município naquela região do nosso litoral, há a mais de dez anos.

Portanto, não foi de minha parte pelo menos, com toda a sinceridade, com nenhum interesse político. Tanto é verdade que nas eleições pegamos mais de cem votos naquela faixa do nosso litoral.

Mas é preciso deixar esclarecido aqui que no ano retrasado, fizemos um plebiscito no litoral do Paraná e foram nada mais nada menos do que quase vinte mil assinaturas e não de pessoas que vão ao litoral somente usufruir dele, que foram ao litoral apenas em época de temporada, mas inclusive de nativos, de moradores de nosso litoral que anseiam, não é verdade, permita-me o Deputado Fregonese, não é verdade que 150 mil pessoas querem urgentemente esta decisão, não é verdade, desculpe-me, mas não é, porque se fizemos - e isto eu gostaria até e por isto desafio o Deputado Lourenço Fregonese, que retire seu projeto da votação e vamos hoje para o plebiscito no litoral do Paraná, saber quem é favorável e quem não é, e me parece até que é a maneira mais democrática de se saber se esses 150 mil querem realmente que permaneça a situação como está, do abandono dessa faixa do nosso litoral, dos seus trinta e poucos quilômetros.

É bem verdade que quando se criou, quando se fez o projeto para a criação do município, acordou-se o Prefeito de Paranaguá e começou a mostrar algum serviço. Aliás, até a propaganda na televisão, e isto nós vamos cobrar, dizendo que a cobrança do IPTU no litoral seria para aplicações no litoral e eu serei um cobrador insistente disto. Aliás, eu farei até nos próximos dias um pedido de informações ao Prefeito de Paranaguá. Queremos saber, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como é que está ficando o Balneário de Pontal do Sul, cujas áreas do município estão sendo entregues a alguns moradores, segundo as denúncias que chegaram até nossas mãos, em troca de votos contrários à criação do Município de Pontal do Paraná. E são outras denúncias, além dessas ainda.

Eu lembro aqui, Sr. Presidente, eu lhe trouxe o relato quando nós estivemos na época, em Pontal do Sul, quando o Prefeito de Paranaguá, numa manobra sua, transferiu a sede do município para Pontal do Sul, para com isto tentar bloquear a continuação da criação do município.

Pois bem. Era uma Sessão Solene, lá estava a Câmara sendo instalada e a Prefeitura também, no antigo hotel da cidade,



cujo aluguel não deve ser também barato e que a população de 150 mil pessoas de Paranaguá pagam sem saber o quê estão pagando, que aliás, só funcionou naquela ocasião mais uma ou duas vezes, só.

Por aquela ocasião, Sr. Presidente, esta Casa aqui foi achincalhada. Os Parlamentares, não foram perdoados. Todos os Parlamentares desta Casa que aprovaram este projeto, foram jogados na vala comum, como irresponsáveis, como corruptos e até Vossa Excelência acusado de ter uma grande propriedade naquele setor do nosso litoral e que tinha interesse na criação do Município. Não pretendia eu trazer isto aqui de público em Plenário, porque acho que é coisa do passado e evidentemente já aconteceu e não haveria mais o que se falar. Mas é preciso que se diga hoje a verdade aqui, apenas para dizer o que disse o Deputado Fregonese, que 150 mil pessoas querem saber urgentemente, querem que se defina, que se acabe com essa discussão.

Eu acho que uma discussão se faz democraticamente lá com o povo, com a comunidade. Vamos saber se os pescadores querem continuar do jeito que está a situação, vamos saber se os nativos que lá estão com a falta de escola, com escola caindo, sem saúde, sem a entrada para o seu balneário, sem um local, sem uma colônia de festa à altura dos pescadores daquela região, se eles querem que continue como está a situação...?

O Sr. Antônio Toti Colaço - Concede um aparte, Sr. Deputado?

O SR. ALGACI TÚLIO - Perguntem aos moradores de Paranaguá que têm propriedade na região de Pontal do Sul, de Ipanema, de Shangri-lá, de Santa Tereznha, de Praia de Leste, se eles não querem a criação do município? Claro que querem, porque sabem que é a redenção dessa área do nosso litoral, a exemplo de Matinhos, está aí, município próspero Matinhos. Está aí Guaratuba, um grande município, uma cidade hoje o Balneário de Guaratuba. Só não querem que se crie o novo município porque interessa, como disse o Sr. Prefeito de Paranaguá, em várias ocasiões: Vocês querem criar o município de Pontal do Paraná? Podem criar, só deixem Pontal do Sul de fora, porque de lá vêm os royalties, lá talvez venha uma ponta do Porto de Paranaguá e eu não posso perder esse dinheiro.

Então é bom que se digam as verdades aqui. É preciso que se digam as verdades. Vossa Excelência, Deputado Fregonese, instalava, era o Presidente da Câmara de Vereadores em Paranaguá naquele ato solene e eu invoco o seu testemunho para o que foi dito a este Parlamentar que lá estava e não se acovardou. Fui lá para assistir,

como Parlamentar, assistir à Sessão Solene de instalação da Prefeitura. Talvez um outro Parlamentar no meu lugar não tivesse a coragem de ir e não tivesse a coragem de ficar até o final da sessão ouvindo as barbaridades, a baixaria que se praticou contra esta Assembléua Legislativa do Estado do Paraná.

Por isso, Sr. Presidente, eu estou fazendo aqui o papel de mais de quase 20 mil pessoas que passaram no plebiscito realizado na temporada do ano retrasado e no plebiscito aqui estão associações de moradores de quase todos os balneários, de pessoas que vieram das regiões dos Srs. Parlamentares aí, porque hoje aquela região do nosso litoral é a mais freqüentada por pessoas do Norte, do Sudoeste, do Noroeste e do Oeste do Paraná e lá se fazem presentes em época de temporada.

Concedo aparte, pela ordem, ao Deputado Carlos Simões.

O Sr. Carlos Simões - Nobre Deputado, este requerimento, até por sugestões de companheiros aqui da Casa - eu quero lembrar somente que Minas Gerais é um Estado que tem quase mil municípios e anda para frente por causa disso. Diminui a jurisdição, o tamanho do município. Quanto maior, mais complicado é, em especial o litoral do Paraná, a região da Praia de Leste, se fosse município com certeza seria uma cidade concorrente com Guaratuba, com Matinhos, com Caiobá e permanecendo como está tenho certeza absoluta que o litoral, naquela região, eu tinha uma casa. Desisti e fui embora, porque é impossível, não tem condições. O Prefeito de Paranaguá, por mais boa vontade que tenha, a questão social que envolve a cidade de Paranaguá é muito grande, não sobra tempo. Sair do gabinete, ir até a praia, verificar os problemas, manter uma infra-estrutura é muito difícil.

Então, nesse sentido, eu achei louvável a idéia do projeto e aprovo o projeto que cria o Município de Pontal do Paraná.

A idéia é maravilhosa, magnífica. Temos que criar mais municípios, para que os prefeitos possam ter mais à mão os seus municípios, e em especial o do litoral, porque aquela região está liquidada. Não tenho dúvida.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Concedo aparte ao Deputado Antônio Toti Colaço.

O Sr. Antônio Toti Colaço - Eu queria nesse instante, uma vez mais e já na sessão passada. Eu já me posicionei favorável às explicações e ao pronunciamento que o Deputado Algaci Túlio colocou para todos nós aqui na Assembléia. Com relação ao já



criado e aprovado por lei o direito do povo de lá de Pontal do Sul decidir se quer que se torne município ou não. Primeiramente já foi votado, a matéria foi discutida na legislatura passada.

Quero cumprimentá-lo, Deputado Algaci Túlio, pelo seu posicionamento, pela maneira coerente e com a garra com que V.Exa. vem defendendo a idéia, o projeto para que se crie o município de Pontal do Sul.

Não sou daquela região, mas como ex-prefeito, como municipalista que sou, entendendo que o Estado do Paraná, principalmente terá que continuar criando municípios onde exatamente existem as viabilidades técnicas para que lá se crie uma nova unidade municipalista, mesmo porque é uma forma até indireta e direta de o Governo Federal fazer investimento num distrito ou numa ponta de praia como é o caso de Pontal do Sul, o próprio Governo do Estado, colocando lá uma guarnição na Polícia Militar, da Polícia Civil, um mini hospital e tantos outros benefícios que uma administração direta, através de uma prefeitura dirigida pela sua própria comunidade, com o prefeito escolhido ali, tem muito mais facilidade, tem muito mais forma de atender principalmente as famílias carentes daquela região, como tantos outros municípios que foram criados nesses últimos tempos aqui na Assembléia.

Por isto eu o cumprimento pela sua defesa, pela sua garra e lamento que muitos ex-prefeitos inclusive, não estão acompanhando V.Exa. neste seu raciocínio, com todo o respeito, é claro, pelo amigo Deputado Fregonese, mas a idéia é antiga daquela região, mesmo porque, deixar que o povo decida, meus Deus do céu! Nós estamos procurando implantar em nosso país uma democracia plena e será que nós parlamentares que fomos escolhidos pelo povo vamos tolher, tirar o direito daquele povo de, através de um plebiscito, escolher se cria ou não cria o município, meu Deus do céu!

Acho que todos nós deveríamos rever, inclusive, a nossa posição aqui na Casa, dando total apoio ao que V.Exa vem colocando, ao que vem colocando o Deputado Carlos Simões em seu requerimento para que se discuta o melhor, mas que no final de todas as discussões tenha o povo de Pontal do Sul o direito de decidir sobre o seu próprio destino.

Era isto o que queria colocar, Sr. Presidente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Toti Colaço.

Na verdade apenas apelo, com todo o respeito a uma boa parte da população de Paranaguá, ao respeito que tenho pelo Deputado Lourenço Fregonese, e aliás esta

luta é minha e do Deputado Anibal Khury, que trouxe para a Assembléia quando V.Exa. levantou a bandeira da não criação do município. Mas agora, democraticamente, gostaria que fôssemos às ruas fazer um plebiscito e deixar que o povo escolha. Não vamos aqui, de repente, Deputados de outras regiões, que não conhecem a região, decidir por um não-plebiscito em uma área em que quem tem que decidir é o povo, e a Assembléia já decidiu aprovando o projeto.

Então eu peço o apoio dos Srs. Parlamentares votando contra o projeto do Deputado Fregonese.

Muito obrigado!

O SR. LOURENÇO FREGONESE - (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

Como é bonito escutar a inverdade! Como é bonito chegar aqui com vinte mil assinaturas quando não existem vinte mil pessoas no Litoral...

(Vozes paralelas)

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Pediria ao Parlamentar que está na tribuna que obedecesse ao Regimento da Casa, apenas isto, no tratamento aos Parlamentares.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - De acordo!

Como é bonito a gente achar que se criando um município novo estariam resolvidos todos os problemas de saúde, educação, moradia, asfalto.

Vejam bem, Srs. Deputados, o município de Matinhos hoje citado aqui pelo ilustre Deputado, é uma maravilha de município. Agora, desafio todos os Deputados para irem ao município de Matinhos que da segunda quadra para trás da praia para ver a situação de como moram os nativos de Matinhos que dividem seu espaço com a lagoa de captação do município. Desafio também o ilustre Deputado Algaci Túlio me diga como é que uma região onde existem 5 mil habitantes, 1800 eleitores tem condições de fazer 50 mil camisetas, 200 mil decalques plásticos, "out doors" por todas as cidades do Paraná pedindo a emancipação deste município.

O Sr. Algaci Túlio - O Sr. me permite um aparte?

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Depois, Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência não está falando a verdade. V.Exa. terá que comprovar onde é que foram feitos os 200 mil decalques plásticos, as 50 mil camisetas. Porque ao que me constar, nenhum

grande empresário e nenhum proprietário de imobiliária nos procurou para fazer isto. Agora sim, o Sr. Prefeito de Paranaguá mandou cerrar os "out doors" que diziam da criação do município. O que achamos profundamente lamentável porque isso daí foi feito por um morador, por um proprietário de uma área na cidade do Balneário de Ipanema, é um direito que tem de fazer isto.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Deputado, agora é a sua verdade contra a verdade de Paranaguá. É a sua verdade com interesses na Região contra a verdade do povo de Paranaguá. Eu gostaria muito...

(Vozes paralelas)

Eu gostaria muito que os Srs. Deputados não...

O SR. ALGACI TÚLIO - Permita-me um aparte?

O SR. LOURENÇO FREGONESE - ... ocasionassem isto aqui que saiu no Estado de São Paulo no dia 28: "Município jovem à margem do abandono", e este município aqui, apenas 39 quilômetros de Cotia, com 35 mil habitantes. O que seria de um município com 5 mil habitantes, onde 80% da sua população é de pescadores?! E onde existem interesses de inúmeras pessoas e que Paranaguá mais uma vez perca uma parte de seu território. É muito difícil você ser eleito por uma comunidade, por uma região e chegar aqui e ter que retirar um projeto que é o anseio da população. Quem somos nós senão representantes eleitos e consagrados por aquele povo?

Estou aqui hoje brigando por aquilo que é mais sagrado para um povo: a sua terra. Porque hoje Paranaguá já perdeu a sua dignidade, Paranaguá já não coloca mais as pessoas nos pontos-chave do Estado. Hoje, Paranaguá perdeu a sua autonomia municipal, porque o Conselho do Litoral é que determina o que deve e o que não deve ser feito no litoral. Agora, o que é mais sagrado do povo parnanguara é a sua terra. E desta, nós não abrimos mão. Desta, nós não abrimos mão mesmo! Nem que seja para que nós percamos aqui, hoje, a votação. Para que nós não sejamos crucificados mais tarde, talvez. Mas nós estamos aqui no anseio de toda a população esclarecida de uma cidade, de uma região. Nós não queremos que aconteça o que tem acontecido, hoje, com Antonina, com Guaraqueçaba, que são municípios e não recebem nada do Governo Estadual! Que são municípios que não têm vida própria! Nós não queremos Pontal do Sul um município que venha com o "chapeu na mão".

Por isso, eu peço a S. Exas, que votem comigo. Que votem na segunda discussão do projeto. Que analisem e que vejam o quanto Paranaguá precisa da colaboração de cada

um dos Senhores. Paranaguá, sim, precisa, hoje mais do que nunca, da colaboração desta Casa! Desta mesma Casa que o nobre Deputado Algaci Túlio falou bem, foi crucificado naquela oportunidade. Foi crucificado por quê? Porque eu me lembro muito bem. O Deputado Lindolfo Júnior esteve em Paranaguá dizendo a todos os Vereadores e ao Prefeito que não seria votado o projeto. Uma hora após, o projeto estava sendo votado na Assembléia Legislativa.

Então, nós fomos os traídos. Nós não fomos os traidores.

Concedo um aparte ao Deputado que o solicitou.

O SR. ALBINO CORAZZA (Aparte) - Nós não conhecemos pessoalmente esta questão da reivindicação de Pontal, mas como municipalista e emancipacionistas, nós não podemos nos colocar contrários a que uma comunidade possa decidir livre e democraticamente quanto ao seu futuro.

Por outro lado, nós temos certeza que emancipando Pontal, Paranaguá não irá perder nada. Ao contrário, a população de Paranaguá e a de Pontal irão melhorar as suas condições de vida, de trabalho e de futuro. O Brasil é um continente. E está sendo governado por Brasília, que está a 3 mil quilômetros, onde estão os recursos. Nós temos que descentralizar a administração pública, dando mais autonomia aos municípios, às pequenas comunidades. E os exemplos estão aí.

Eu, pessoalmente, conheci a Alemanha num curso de administração pública, onde visitei municípios com 600 habitantes, que seguram os recursos na comunidade, que têm uma caixa econômica municipal para segurar o dinheiro e investir nos investimentos. A França, saiu há poucos dias uma entrevista na Folha de São Paulo, com o primeiro prefeito negro da França, onde ele detalha o seu município, que tem apenas 364 habitantes. Como pode sobreviver uma comunidade com 364 habitantes? Ela tendo os recursos, atende melhor e não se fica dependendo do centralismo.

Nós somos favoráveis a que todas as comunidades que tenham condições possam emancipar e ter uma vida independente. Negar a uma comunidade que se manifeste sobre a sua independência é a mesma coisa que o pai negar ao filho que se amanceipe e comece um futuro independente.

Por isso, independentemente da situação, nós queremos nos manifestar dizendo que não estamos votando contra Paranaguá. Estamos dando o direito que Pontal possa, livremente, decidir o seu futuro.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO (Aparte) - Eu também solicito um parte, Deputado. (Assentimento). Nobre Deputado Fregonese,

perceba S. Exa. que não vai na intenção do Deputado Algaci Túlio nem na intenção da Assembléia, qualquer ato contrário à história, à tradição e à dignidade da brava cidade de Paranaguá, que já em 1578 era paróquia e começava a ser comarca do império português.

Claro que nós estamos discutindo, aqui, uma matéria da mais alta indagação. Será verdade que existe população em Pontal do Paraná, capaz de justificar a criação de um município? Fala-se, aqui, da criação de um cartório que vai desmembrar o mais antigo cartório do Paraná que é o cartório de Paranaguá. Fala-se aqui da criação de um município que, ao que me parece, pela sua territorialidade, está extremamente próximo da sede da cidade de Paranaguá. Quem conhece a geografia do Paraná e por certo os Deputados todos a conhecem, sabem que em se passando o Rio Itiberê, em se passando o povoado chamado de Valadares, umas seis ou sete pontes, se não me engano, possibilitariam com oito quilômetros de ligação, a ligação entre a atual sede de Paranaguá e a sua praia.

Mas veja S. Exa. que todos os argumentos que poderiam parecer favoráveis à sua argumentação e a argumentação do Prefeito de Paranaguá, eles também servem como argumentos em favor do plebiscito. Porque levam para foro legítimo, que é o de Paranaguá, a discussão da criação ou não do Pontal do Paraná.

Que não se faça esta discussão com paixão, mas se faça com responsabilidade pública. Não adianta criar uma cidade por nada. Matinhos é mal servida de infraestrutura mais por vícios do nosso subdesenvolvimento, por mau uso do solo, por especulação indiscriminada, por visão do Litoral como um espaço onde as coisas acontecem só no tempo do verão do que propriamente por ser um município.

Na verdade me parece que o plebiscito é ocasião de S. Exa., como Deputado da região, esclarecer até a própria população do Pontal do Sul e municípios vizinhos, sobre a importância ou não de se manterem unidos a Paranaguá. E quem sabe a população de Paranaguá também não pode discutir isto com mais propriedade.

Então vejam, não há paixão nesta discussão. O que precisa haver nesta discussão é coerência histórica e geográfica.

O SR. FLORISVALDO FIER - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar concedo a palavra ao Sr. Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados.  
Creio que discutir novamente este as-

sunto não é voltar atrás em posições tomadas anteriormente, creio que é procurar sanar uma injustiça que foi cometida no final do ano passado. Mesmo no final do ano passado, como agora, a posição do nosso partido é contrária a criação do município de Pontal. Tanto é contrário que a transferência da sede de Paranaguá para Pontal foi iniciativa de um projeto de lei de Luiz Felipe Hertal, Vereador do PT em Paranaguá, e não por iniciativa do Prefeito, como quis dar a entender o nobre Deputado Algaci Túlio.

Quanto ao que se coloca do atendimento à população de Pontal, da necessidade de guarnições da Polícia Militar, da necessidade da criação de centros de saúde, entendemos que há esta necessidade. Não é pela criação ou não de município que vai deixar de se ter ou não centros de saúde. É fazer uma discussão estreita disto.

Dar como exemplo a França, o Prefeito único negro da França, que tem 400 habitantes naquele município, também não serve para nós, não serve para argumentação dos municipalistas que é de centralizar, uma vez que lá ele diz que depende tudo do Poder Central porque não tem dinheiro, não tem arrecadação suficiente nem para construir escolas. Isto ele deixa claro na entrevista concedida à "Folha de São Paulo". É discutível. É uma realidade que está lá que não tem nada a ver com a nossa. A nossa realidade é outra.

A questão do plebiscito acho que é saudável fazê-lo. Mas por que não fazemos plebiscito para decidir quem vai ser o dono do cartório? Porque aí é que está o "x" da questão. Por que não fazemos plebiscito para discutir quem vai ser o delegado de polícia e quem vai ser o Juiz? Porque aí não interessa a alguns setores. Existem decalques falando inclusive, como vi em carros de São Paulo criando o município, e sei que a população de Pontal não tem dinheiro para arcar com aquela estrutura econômica que é fazer decalques, "out door" e camisetas. Há interesses econômicos, sim nisso aí, há interesses imobiliários, e há inclusive o que se diz interesse da construção de porto privado no Pontal aonde leva o Porto de Paranaguá à falência, porque acaba o canal e é ali mesmo que se constrói o porto. Então existe esse temor da população de Paranaguá porque hoje Antonina encontra-se em grande dificuldade econômica após o fechamento do seu porto, e provavelmente por interesses econômicos. sim, se construirá um porto privado no Pontal e fecha-se outro. Isso não se coloca em discussão no plebiscito, vamos colocar, a Bancada do Partido dos Trabalhadores aceita discutir indicação de delegados, de juiz, e defendemos o cartório como público, ou se coloca tudo em plebiscito, isso

nenhum quer levantar.

O SR. ALGACI TÚLIO - Permite-me um aparte, Deputado.

O SR. FLORISVALDO FIER - No momento oportuno.

O SR. ALGACI TÚLIO - Quero provar a Vossa Excelência que também quero esse plebiscito.

O SR. FLORISVALDO FIER - A defesa do meio ambiente como é colocada, nós acreditamos que pode ser feita mesmo através da Prefeitura de Paranaguá. Hoje quem anda na Praia de Leste, quem anda na Praia de Martinhos, inclusive são praias que não dá para se tomar banho porque não são recomendadas pela Secretaria Estadual de Saúde, portanto, será, provavelmente, a destruição dessas praias, e a conservação delas independe de ter mais um, ou não município, porque basta a vontade política dos administradores de Paranaguá para se conservar aquelas praias.

Concedo aparte ao nobre Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Deputado Rosinha, eu gostaria de mais uma vez deixar bem claro que o meu interesse não é interesse por cartório, para começar não sou cartorário, e deixar bem claro mais uma vez, que não existe nenhum "lobby" em cima da criação desse município. Se existe ou não é o próprio Presidente da Casa que foi o autor do projeto de lei, com a visão que ele tem também, da necessidade da criação do município. Não quero acreditar de maneira alguma que o Deputado Anibal Khury tivesse algum interesse na criação do município que não fosse o melhoramento daquela região. Nós criamos uma Associação dos Moradores, Associação Comunitária do Pontal do Paraná, e esta Associação é formada por pessoas de Curitiba, do Norte do Paraná e especialmente do Litoral, e esta associação tem feito campanhas, bingos até têm sido realizados na tentativa de angariar dinheiro para poder fazer essa promoção pela criação, agora, dizer que existe "lobby" eu quero que Vossa Excelência me prove isso, eu serei o primeiro a subir nesta tribuna e dizer, sou contrário a criação do município do Pontal do Paraná. Eu não vou aceitar essa pecha de "lobbysta", de aceitar cartório, ninguém me ofereceu cartório, não sei qual é a história de cartório. Eu gostaria de saber, que fossem mais claras essas posições, eu fui a tribuna e falei do que foi feito na instalação da Câmara e da Prefeitura lá em Pontal do Sul. Gostaria que aqueles que foram lá para me contradizerem

que também sejam mais claros como eu fui claro.

O SR. FLORISVALDO FIER. Eu em momento nenhum disse que existia "lobby", talvez serviu à alguém, a alguns dos senhores Deputados, eu disse que existia interesse econômico e financeiro na criação do município. Agora, mesmo que exista "lobby", nenhum dos nobres Deputados assumem, como em Brasília nunca ninguém assumiu os "lobby" que existiam durante a votação da Constituição Brasileira que está em vigor. Portanto ao colocar que existe associação comunitária que se crie então, associação comunitária daquele morador que está lá todo dia necessitando de médico, necessitando da escola, necessitando do atendimento da segurança pública, e não daquele um que vai lá para passar 30 dias, aí já se mostra interesse de alguns setores da sociedade, alguns interesses econômicos sim.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu fui bem claro ao fazer o aparte a Vossa Excelência, a nossa Associação é composta por pessoas do litoral, inclusive pescadores, de liderança nesta área do litoral e por pessoas de Curitiba também, ela é dividida, ela tem 70% de moradores do litoral, então esta é a razão da associação. Não é uma associação feita com interesse de pessoas que vão apenas lá em época de temporada. Se fosse assim não estaria eu aqui lutando pela criação do município.

O SR. FLORISVALDO FIER - É o que diz Vossa Excelência, eu necessariamente não preciso acreditar, como necessariamente os Srs. Deputados também não.

Obrigado!

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, nós questionamos a Vossa Excelência se o que estamos fazendo aqui hoje resultará em alguma coisa de concreto. Veja Vossa Excelência que através da Lei 9.342 de 19 de julho de 90 em seu artigo 1º fica criado "ad-referendum" do resultado do plebiscito o município de Pontal de Paraná, com território desmembrado do município de Paranaguá, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas.

Veja bem, Sr. Presidente, o município de Pontal do Paraná está criado, existe uma lei que foi sancionada por Sua Excelência o Governador Álvaro Dias, muitos municípios ele não sancionou, ele devolveu a esta Casa e foram por Vossa Excelência e por nós quando no exercício da Presidência, promulgada a criação de muitos municípios.

Então, parece que é necessário aos

Srs. Deputados, que a gente esclareça isto: o município de Pontal do Paraná está criado. Existe uma lei que criou o município, e para que esta criação atinja toda a sua amplitude, faz-se necessária a realização de plebiscito. Esta é uma prática que a Assembléia Legislativa adotou nos últimos anos, e muitos municípios já foram criados da maneira como foi criado o de Pontal do Paraná, e eu leio aqui o exemplo do Município de Godoy Moreira, desmembrado do Município de São João do Ivaí, que já teve eleição e tem prefeito.

Posteriormente à sanção desta lei, foi aprovado por esta Casa um projeto de resolução autorizando o plebiscito. Hoje, o que se questiona apenas é o prosseguimento, vamos dizer assim, desse plebiscito. Realiza-se ou não este plebiscito?

Pelo que nos consta, Sr. Presidente, e pelo que os jornais noticiam e também por conversas com o Deputado Lourenço Fregonese, esta Lei, a 9432, está sob efeito de um processo judicial, está "sub-judice".

Portanto, no nosso entendimento, se nós hoje aprovarmos o projeto do Deputado Lourenço Fregonese, que é para não realizarmos o plebiscito, em nada estaremos alterando a lei que se encontra "sub-judice". O que nós temos evidentemente que aguardar e saber, Sr. Presidente, é qual o destino que o Poder Judiciário dará a esta lei, porque no nosso entendimento, mesmo nós votando hoje a favor do projeto do Deputado Lourenço Fregonese, que desautoriza a realização de plebiscito, a partir do momento em que esta lei for reconhecida pela Justiça, nós teremos que realizar o plebiscito.

Então, me parece que o assunto de hoje, nós estamos "chovendo no molhado".

Sr. Presidente, eu gostaria que Vossa Excelência nos esclarecesse e até nos orientasse, dado que a origem de toda esta - poderíamos chamar polêmica até, tem início no projeto de Vossa Excelência, que se transformou em lei.

A pergunta que fazemos em questão de ordem: em que resultará nós votarmos o projeto do Deputado Fregonese, a favor ou contra? Me parece que nada mudará.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência consulta à Presidência e a Mesa responde:

A suspensão do plebiscito através do projeto de resolução, vai inviabilizar a criação do município, até nova autorização da Assembléia para a realização do plebiscito, se a Justiça achar a lei constitucional.

Não há prejuízo nenhum na suspensão do plebiscito, apenas o Tribunal Regional Eleitoral não marcará o dia do plebiscito. Não marcará.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

Apenas para corroborar com o que disse o Deputado Pessuti, mais uma vez aquilo que eu falei na quinta-feira e hoje. Nós estamos votando em cima de uma matéria que está "sub-judice" e a Assembléia vai passar um atestado até de incoerência, pelo fato de que está aprovando uma matéria quando existe demanda na justiça.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam o projeto de resolução, queiram conservar-se como estão. - Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Verificação de votação.  
Votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votação nominal já não cabe.  
Os Srs. Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se.  
Trinta e seis aprovam.  
Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.  
Oito rejeitam.  
Aprovado o projeto, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 31/91, de autoria do Deputado RENATO ADUR, que institui a microrregião de Pitanga. Com Parecer Favorável da C.C.J. (Publ. no D.A. n° 10, de 27.02.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 31/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei que institui a microrregião de Pitanga, encontra-se em perfeita consonância com o art. 21 da Constituição do Estado, além de não infringir qualquer previsão contida na Constituição Federal acerca da matéria.

Assim somos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.03.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;  
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. Aprovado.

Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, por 10 (dez) Sessões, o Projeto de Lei Complementar n° 31/91.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei Complementar n° 31/91. Retirado pelo au-

tor.

O Deputado Ernani Pudell requereu, levantou uma questão de ordem a respeito das votações dos projetos 11/91, 27/91, 38/91, 40/91, 45/91 e, se não me falha a memória, alegando que é competência exclusiva das comissões no que diz respeito a essas matérias.

O SR. ERNANI PUDELL - É, de acordo com o artigo 28, inciso II do Regimento Interno, várias proposições que estão hoje na Ordem do Dia são da competência terminativa das comissões permanentes, não carecendo a manifestação do Plenário, salvo se houver recursos dos membros; me parece que não houve e muito menos, pelo menos é o que consta, não estão em regime de urgência, portanto, dispensa a participação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa louva a sua atitude mas V.Exa. se contradiz porque uma hora é a favor da transparência, outra hora é contra; nós estamos votando a transparência, não é uma Comissão que está aprovando, é o Plenário.

Indefiro a questão de ordem de Vossa Excelência.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Pela Ordem. Então, eu entendo que está revogado o Art. 28, inciso II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência sabe que não está revogado. Vossa Excelência quer é criar problemas; quer é criar confusão.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 11/91, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Higienópolis - AMOHI, com sede nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J. Aprovado. (Public. no D.A. n° 04, de 18.02.91).

#### PROJETO DE LEI N° 11/91

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, o plano de lei em exame declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Higienópolis - AMOHI, com sede nesta Capital.

Do exame da documentação que acompanha o projeto, verifica-se que a entidade que se pretende beneficiar se enquadra no que é exigido pela Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para declaração de Utilidade Pública de Sociedades Cívis, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná.

Nestas condições, não há qualquer óbice que se possa opor, razão pela qual opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19.03.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;  
PLAUTO MIRÓ GUIMARAES - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 27/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública o Departamento Educacional da Igreja Tabernáculo Evangélico de Jesus, com sede nesta Capital. Com Parecer Contrário da C.C.J. Public. no D.A. n° 09, de 26.02.91).

#### PROJETO DE LEI N° 27/91

PARECER:

De autoria do Nobre Deputado Geraldo Cartário, o Projeto de Lei n° 27/90 declara de Utilidade Pública o Departamento Educacional da Igreja Tabernáculo Evangélico de Jesus, que teve sua Ata de Constituição lavrada em 22 de outubro de 1990.

A matéria está regulamentada pela Lei n° 6994/78, de 10 de janeiro de 1978, que no inciso I, do artigo 10, estabelece como requisito indispensável que a entidade a ser beneficiada possua personalidade jurídica há mais de um ano.

Nestas condições, não atendido o preceito legal, o nosso parecer é pela rejeição.

Sala das Comissões, em 19.03.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;  
PLAUTO MIRÓ GUIMARAES - Relator.

Em votação. Há retirada por parte do autor para o arquivamento. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 38/91, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que altera a redação do memorial descritivo do artigo 1° da Lei n° 9.533, de 14.01.91, a qual cria o município de Laranjal, desmembrado do município de Palmital. Com PARECER DA C.C.J., FAVORÁVEL À APRECIÇÃO PELO PLENÁRIO. Aprovado. (Publ. no D. A. n° 13, de 06.03.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 038/91

AUTOR: Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO

SÚMULA: Altera a redação do Memorial Descritivo do art. 1° da Lei n° 9.533, de 14/01/91, que cria o Município de Palmital.

Em análise o Projeto de Lei n° 038/91, que altera a redação do Memorial Descritivo do art. 1° da Lei n° 9.533, de 14.01.91, que cria o município de Laranjal, desmembrado do município de Palmital.

A proposição vem devidamente instruída, conforme exigem os preceitos legais, estando, portanto, em condições de receber tramitação regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

CARLOS SIMÕES

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 40/91, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que concede o Título de Cidadania Honorária do Estado do Paraná "post-mortem" ao Senhor Joaquim Penido Monteiro. Com PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 13, de 06.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 40/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Djalma de Almeida César, objetiva conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, "post-mortem", ao Senhor Joaquim Penido Monteiro.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da proposição em tela, notamos a conformidade da iniciativa com os preceitos da Lei Estadual de n° 5.638, de 13 de setembro de 1967, que dispõe sobre as condições essenciais para concessão de Título de benemerência e cidadania honorária no Estado do Paraná, nada encontrando que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do Projeto, estando a matéria em condições de ser apreciada pelo Egrégio Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 15.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 45/91, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Recuperação do Alcoólatra, com sede e foro na comarca de Andirá. Com PARECER FAVORÁVEL da C. C. J. Aprovado. (Publ. no D. A. n° 16, de 11.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 45/91

P A R E C E R:

"Nihil obstat" que o Projeto siga a Plenário, quanto às condições exigíveis para esta Comissão.

Sala das Sessões, em 12.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 46/91, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que suprime o parágrafo único do artigo 1° da Lei n° 9.264/90, de 24.05.90. Com PARECER FAVORÁVEL da C. C. J. Aprovado. (Publ. no D. A. n° 16, de 11.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 46/91

P A R E C E R:

RELATOR: Deputado Plauto Miró Guimarães

De autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, o Projeto de Lei n° 46/91, visa suprimir o parágrafo único do artigo 1°, da Lei n° 9.264, de 24 de maio de 1990.

A lei em questão isenta do pagamento das taxas de confecção de cédulas de identidade os maiores de 65 anos, domiciliados em território paranaense.

O parágrafo único, que se pretende suprimir, exclui deste benefício os estrangeiros naturalizados, sob a alegação de que sua identificação seria regulamentada por legislação própria.

Na justificativa, o autor deixa bastante claro que o dispositivo que se quer revogar é um lamentável equívoco do legislador, pois a Constituição Federal assegura aos estrangeiros naturalizados os mesmos direitos que os de brasileiros natos.

Nestas condições, o presente projeto de lei é bastante oportuno, pois corrige flagrante inconstitucionalidade da lei em vigor.

Somos, portanto, pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 19.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 53/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que concede o Título de Cidadania Benemerita do Estado do Paraná a Senhora Edite Pizzatto. Com PARECER FAVORÁVEL da C. C. J. Aprovado. (Publ. no D. A. n° 17, de 12.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 53/91

P A R E C E R:

A proposição em tela, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, tem por finalidade CONCEDER O TÍTULO DE CIDADÃ BENEMÉRITA DO ESTADO DO PARANÁ, a Excelentíssima Senhora Edite Pizzatto.

Encontra-se a matéria, devidamente justificada e embasada na Lei n° 5.638 de 13 de setembro de 1967, que vem a regulamentar as condições essenciais para a con-



Curitiba, segunda, em 01.04.91

cessão de Benemerência ou Cidadania Hono-  
rária Paranaense.

Esta douta Comissão de Constituição e  
Justiça, ao ser chamada a opinar, vem a  
fazê-lo FAVORAVELMENTE, sendo pois, pela  
APROVAÇÃO ao Projeto de Lei n° 53/91, dada  
a inexistência de óbices regimentais e le-  
gais que possam vir a prejudicar o trâmite  
normal da mesma por esta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 54/91,  
de autoria do Deputado Anibal Khury, que  
declara de Utilidade Pública a creche Nos-  
sa Senhora de Lourdes, com sede e foro em  
Apucarana. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.  
Aprovado. (Publ. no D.A. n° 17 de  
12.03.91.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 054/91

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Anibal  
Khury, objetiva o presente plano de lei  
declarar de Utilidade Pública a "CRECHE  
NOSSA SENHORA DE LOURDES", com sede e foro  
em Apucarana.

Encontra-se o processado instruído com  
as peças exigidas pela legislação própria,  
inexistindo óbice de natureza regimental à  
sua tramitação normal pelos demais órgãos  
deste Poder.

Em tais circunstâncias, somos pela  
APROVAÇÃO do presente projeto de lei, nos  
termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO do Projeto de Resolução n°  
12/91, de autoria do Deputado DUÍLIO GENA-  
RI e outros, que altera a redação do memo-  
rial descritivo contido no artigo 1° da  
Resolução n° 46/90. Com PARECER FAVORÁVEL  
da C. C. J. Aprovado. (Publ. no D. A. n°  
09, de 26.02.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 012/91

P A R E C E R:

Relator: Deputado ANTÔNIO COSTENARO

Origem: Deputado DUÍLIO GENARI

Assunto: Altera redação de Memorial Des-  
critivo.

Objetiva o presente projeto de resolu-  
ção alterar a redação do Memorial Descri-

tivo constante do artigo 1°, da Resolução  
n° 146/90, deste Poder Legislativo, pro-  
mulgada em 19 de dezembro de 1990.

A redação original, integrante da re-  
solução anteriormente aprovada por este  
Poder, apresenta-se incorreta, segundo a  
jusificativa, e a que ora se propõe visa  
justamente adequá-la à realidade. O novo  
texto contém, exatamente, a delimitação  
dada pela Lei n° 5.481, de 21 de janeiro  
de 1967, que criou o Distrito Administra-  
tivo de Palmitópolis, a que se referem os  
limites aqui definidos.

O projeto de resolução segue o rito  
normal, em seus aspectos constitucional,  
legal e regimental, em razão de que dou  
PARECER FAVORÁVEL à sua tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

COSTENARO NETO

Relator

#### RESOLUÇÃO N° 146/90

DATA : 19 de dezembro de 1990

SÚMULA: Autoriza a realização de plebisci-  
to na área que especifica, no mu-  
nicípio de Nova Aurora, para que a  
respectiva população decida sobre  
a criação do município de Palmitó-  
polis.

A Assembléia Legislativa do Estado do  
Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos  
do artigo 73 da Constituição Estadual, CC  
o § 3° do artigo 127 do Regimento Interno,  
a seguinte Resolução:

Art. 1° - Fica autorizada a realização  
de plebiscito na área adiante descrita, no  
município de Nova Aurora, para que a popu-  
lação decida sobre a criação do município  
de Palmitópolis.

ao norte: limita-se com o município de Je-  
suítas, confrontando com o rio  
Jesuítas e parte por linha seca;

ao sul: limita-se com o município de Cafe-  
lândia, confrontando pelo rio  
Central, córrego Ubirajara e tam-  
bém por linha seca;

a leste: confronta-se com o município de  
Nova Aurora, por estrada em espi-  
gação, que vai do córrego Ubiraja-  
ra, passando pelo patrimônio de  
Alto Alegre, até o rio Jesuítas;

a oeste: confronta-se com o município de  
Tupãssi, limitando-se pelo rio  
Verde ou Boi Pigúá.

Art. 2° - Esta resolução entrará em  
vigor na data de sua publicação, revogadas  
as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 19.12.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO do Projeto de Resolução n° 14/91, de autoria do Deputado RENATO ADUR, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Mato Rico. Com PARECER FAVORÁVEL da C. C. J. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D. A. n° 07, de 21.02.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 014/91

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria do Deputado Renato Adur, autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, a fim de que a população decida sobre a criação do município de Mato Rico, desmembrado do município de Pitanga.

O projeto de resolução encontra-se em consonância com o disposto no art. 19, § 1°, II da Constituição Estadual, além de obedecer ao que dispõe o art. 238, § 2° do Regimento Interno desta Casa.

Tendo sido atendida outrossim, a diligência consignada nos arts. 19, § 2° da Constituição Estadual; 3° da Lei Complementar n° 56/91; 238 "caput" do Regimento Interno, e respeitadas as demais disposições constitucionais e legais acerca da matéria, somos de parecer FAVORÁVEL a APROVAÇÃO do presente projeto de resolução.

Sala das Comissões, em 19.03.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO do Projeto de Resolução n° 21/91, de autoria do Deputado ÉLIO RUSCH, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Entre Rios do Oeste, a ser desmembrado do município de Marechal Cândido Rondon. Com PARECER FAVORÁVEL da C. C. J. Aprovado. (Publ. no D. A. n° 16, de

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 021/91

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria do excelentíssimo Senhor Deputado Élio Rusch, que objetiva a autorização para a realização de plebiscito, para que a população decida sobre a criação do município de Entre Rios do Oeste, desmembrado do município de Marechal Cândido Rondon.

Ao proceder-se à análise legal, constitucional e regimental da presente proposição, notamos a sua conformidade com o disposto nos §§ 1°, 2° e 3°, do art. 19, da Constituição do Estado do Paraná, bem

como o cumprimento dos requisitos determinados pela Lei Complementar a Constituição Estadual de n° 56, além da inteira atenção aos ditames do Capítulo XII, do Título V, do Regimento Interno deste egrégio Poder Legislativo, que dita normas para a tramitação processual legislativa de matérias de criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça, sob a proteção do princípio constitucional da legalidade, dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO, e conseqüente autorização para a realização do plebiscito em apreço, encontrando-se o projeto em condições de receber a apreciação do Plenário desta Assembléia Legislativa.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 19.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 534, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 538, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, com apoio dos Senhores Deputados Arlindo Troian, Ernani Pudell, Rossoni e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Aprovado.

A SR.<sup>a</sup> EMÍLIA BELINATI - Para encaminhar, Senhor Presidente.  
(Assentimento)

Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu tenho aqui dois requerimentos para serem encaminhados à Mesa e gostaria de cumprimentar o nobre Deputado do PMDB, nosso amigo de Londrina, que fez agora há pouco o seu pronunciamento, José Tavares, a respeito do não fechamento da Caixa Econômica. E nós estamos encaminhando, então, ao Presidente da Caixa Econômica, a Ministra Zélia Cardoso e ao Presidente Collor, um requerimento, através da Mesa, solicitando o não fechamento. Eu gostaria de justificar.

(Lê justificativa conforme requerimento lido no Expediente)

E nós também estamos encaminhando à Mesa, um requerimento que diz o seguinte: (o requerimento já foi lido no Expediente)  
Muito obrigada, Senhor Presidente.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, antes da votação eu quero colocar, digo, em nome da Bancada do PT e PSB registrar o nosso voto favorável à formação da Comissão Externa, até por de-

ver de esclarecer a nossa coerência. Nós em várias oportunidades nos manifestamos contrários à formação de Comissões Externas com ônus para a Assembléia. Agora, neste caso nós somos favoráveis porque essa comissão trata do interesse público. Permitir aos Senhores Deputados que se desloquem a Londrina ver a situação de um instituto importantíssimo de pesquisa que é de interesse de todo o Paraná. Então neste caso nós concordamos plenamente. E quero também aqui registrar em nome da Bancada do PT a nossa estranheza pelo argumento e o não acatamento da nossa questão de ordem porque esses dias não permitir a formação de uma comissão especial para acompanhar a Ferroeste sob pretexto de se prestigiar as comissões permanentes da Casa. E hoje usando-se exatamente o argumento inverso, da transparência, se rejeita uma proposição que aliás diga-se de passagem, Título de Cidadão Honorário, declaração de Utilidade Pública, parece-me que não é o mais importante que esta Casa e este Plenário tem a discutir. Era isto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento da Deputada Emília Belinati. **APROVADO.**

Requerimento de n° 525, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 520, de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente.- Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa consulta ao Deputado se são lotes urbanos ou rurais?

O SR. ERNANI PUDELL - Rurais. O levantamento exigiria o atendimento não apenas da questão rural, como da questão urbana, porque há uma transposição. Esta área está situada parte no perímetro urbano e parte no perímetro rural; exatamente o objetivo da assessoria jurídica era levantar toda a documentação e a titularidade sobre essas áreas, até para propor as medidas necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão.

**APROVADO.**

Requerimento de n° 531, de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 530, de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 535, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 520-B, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente.- Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 558, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 523, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 536, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 532, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 521, 522, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 526, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 528, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 537, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 553, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 555, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 557, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 548, 549, 550, 551, 552, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 539, de autoria dos

Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente.- Encaminhe-se à Mesa, através do Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A ordem é do Presidente e a responsabilidade é do Presidente. Nós vamos informar ao Senhor Deputado, antes porém queremos lamentar que Sua Excelência o Deputado antes de fazer uso da palavra tenha soltado um "release". "Anibal devolve computadores para impedir acesso às informações". Eu acho que nesta Casa, Senhores Deputados, nunca se ouviu tanta besteira como da Bancada do PT. Falam o que querem, dizem o que querem e nós ficamos aqui a ouvi-los, a este festival de besteiras e ainda por cima, acham que estão sendo tolhidos nas suas ações de Deputados.

Nós queremos dizer que nós vamos prestar as informações. Não sei o que é que está atrás disso, porque geralmente o PT é contra. É IBM. É americana. Vamos informar aos Senhores Deputados, certos de que as nossas informações irão fazer com que Vossas Excelências compreendam que o que estava aqui na Assembléia é obsoleto e usado na elaboração da Constituição e nós estávamos pagando mais de um milhão por mês sem usar os aparelhos.

Vossa Excelência tenha mais ética quando for falar. Solte o "release" depois de falar.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu acho que quando se utilizam desses artifícios e esse tipo de comportamento, que, queiram ou não queiram, atinge à Mesa da Assembléia Legislativa do Estado, uma vez que ela foi eleita pela maioria dos Senhores Deputados.

Encareço a Vossa Excelência que fatos como esses, os Pedidos de Informações, sejam passados pela decisão do Plenário porque o Plenário é que tem o poder de decisão. Eu entendo que um requerimento com decência, com respeito, a Vossa Excelência ou a qualquer um dos Senhores Secretários da Mesa, deve ser respondido com respeito e com decência, até mesmo a qualquer Secretário de Estado ou ao Governo do Estado.

Agora, quando se foge do respeito e da ética parlamentar, temos que passar pelo Plenário para ser analisado por todos os colegas da Assembléia.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nas sessões anteriores que realizamos, Vossa Excelência aprovou um requerimento de nossa autoria e anunciou a inclusão na pauta do Projeto de Lei n° 10/91, que trata da transferência

do FDE do BADEP para o BANESTADO. E como na semana passada não tivemos sessões evidentemente não foi possível incluí-lo na pauta. Então pediríamos que essa determinação de Vossa Excelência seja cumprida a partir de amanhã com a inclusão na pauta do Projeto de Lei n° 10/91.

Outrossim, Senhor Presidente, solicitamos de Vossa Excelência bem como também do Deputado Colombino Grassano, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, para que agilize, e temos conhecimento de ações neste sentido, que uns poucos vetos que ainda não foram apreciados pela CCJ e por este Plenário sejam feitos o mais rápido possível, de forma que tenhamos limpo toda essa problemática referente a vetos apostos a projetos por parte de Sua Excelência o Senhor Governador e que não foram devidamente apreciados, seja pela CCJ, ou por este Plenário. Por esta razão conclamamos o Deputado Colombino Grassano para que se possível já na reunião de amanhã da CCJ coloquemos um ponto final, arquivando o que for para arquivar e mandando para o plenário os que forem para o plenário se manifestar a respeito.

O SR. FLORISVALDO FIER (Pela Ordem) - Em

Em primeiro lugar, nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores não fizemos nenhum requerimento à Mesa que não fosse decente e respeitoso. Gostaríamos de esclarecer ao nobre Deputado Manfrinato. E em segundo lugar, a Mesa foi eleita democraticamente e cobramos dela o mesmo respeito que temos por ela. Em momento nenhum eu disse que a Mesa estava fazendo ou cometendo um festival de besteiras, como o Presidente acabou de dizer a respeito da Bancada do Partido dos Trabalhadores. E em terceiro lugar, nós consideramos prejudicados sim, porque até o momento não temos sala de Liderança na Assembléia Legislativa enquanto existem Deputados com duas salas ou três salas no prédio novo. Nós estamos ainda sem uma sala adequada para o trabalho das Lideranças.

Respeito teremos pela Mesa sempre! E sempre respeitosamente cobraremos a transparência de todas as decisões e respeitosamente queremos tomar conhecimento de tudo o que ocorre, e respeitosamente queremos ser tratados. E não da forma como se está tratando, dizendo que o que nós falamos é festival de besteiras. Isto, no nosso entender, não é! Nós não nos dirigimos a nenhum Parlamentar desta Casa dizendo que o que disse era um festival de besteiras ou qualquer outra coisa parecida.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Falando em festival de besteiras, Vossa Excelência proferiu um discurso hoje ofensivo às Forças Armadas. Inclusive dizendo que

teriam mandado matar o Frei Caneca.

Isto é festival de besteiras, Senhor Deputado. E eu determino ao serviço de Taquigrafia que exclua dos serviços o discurso de Vossa Excelência, por conter ofensas às Forças Armadas. E ninguém mais do que eu pode falar das Forças Armadas porque fui preso acusado de proteger esquerdistas, terroristas. Tenho, então, o direito de falar aqui nesta Casa, não podemos ofender as Forças Armadas porque elas deram o golpe em 64 ou porque elas perseguiram. É uma corporação. Há defeitos nas Forças Armadas, reconhecemos; mas não se pode atingir as Forças Armadas.

Está aqui o discurso de Vossa Excelência!

Está suprimido o discurso do Serviço de Taquigrafia.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Dr. Rosinha, pela ordem.

O SR. FLORISVALDO FIER (Pela Ordem) - Nós somos contra qualquer tipo de censura. E a censura foi-nos imposta em 1964, meu discurso que foi em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, condenando a opressão e o massacre que as Forças Militares Brasileiras cometeram contra a população e a classe trabalhadora.

Portanto, somos contra a censura e queremos que o nosso discurso seja mantido, porque é uma medida draconiana da Mesa, novamente, de postura autoritária e opressora em relação ao não respeito ao desejo e ao livre pensamento e à palavra de qualquer um dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência quer que endosse que as Forças Armadas mataram Frei Caneca?

O SR. FLORISVALDO FIER - A História do Brasil registra que sim.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Bom. Mas, o discurso de Vossa Excelência não vai constar do serviço de taquigrafia.

O SR. FLORISVALDO FIER - Sob o protesto da Bancada do Partido dos Trabalhadores e o meu. E espero...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência deve organizar uma "Mesa" paralela, aí, agora.

O SR. FLORISVALDO FIER - E espero que com o protesto de 54 dos Senhores Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pode protestar...

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, e quero lembrar aos Senhores Deputados, poema tanto de Maiakowski como de Bretsch, quando colocam que a primeira vez que entraram em nosso jardim, tiraram uma rosa; por último nos levaram e ninguém disse nada.

Portanto, ao o Plenário aceitar a primeira ação de censura da Mesa, está aceitando que qualquer dia Vossa Excelência retire todo e qualquer discurso dos Anais e aprove toda e qualquer Ata de fatos que não ocorreram, neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu estou baseado no Regimento Interno. E o discurso de Vossa Excelência é ofensivo às Forças Armadas, porque Vossa Excelência acusa as Forças Armadas de terem cometido um assassinato, nominalmente. Vossa Excelência pode falar da Revolução de 64 o quanto Vossa Excelência quiser...

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, quem tem que dizer se é ofensivo às Forças Armadas são os militares brasileiros. E não Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não sou eu quem está falando.

Quem está falando é o Presidente da Casa. Eu não posso admitir um discurso de Vossa Excelência neste sentido, quando o Regimento Interno proíbe as expressões injuriosas às instituições. Vossa Excelência vá ao quartel general e faça esta acusação.

O SR. FLORISVALDO FIER - Já o fizemos várias vezes, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento do Deputado Plauto Miró Guimarães, endereçado ao Chefe da Casa Civil. O Deputado Plauto não se encontra em Plenário. Transfiro para amanhã.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Só em respeito à colocação do nobre Deputado Dirceu Manfrinato, eu quero dizer que o requerimento que nós apresentamos à Mesa está amparado pela Constituição Federal, que diz que todos os cidadãos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular.

O requerimento, inclusive o nobre Deputado Anibal Khury tem em mãos, não é em momento algum ofensivo. É um requerimento pedindo informações. Eu sequer sei quem foi o responsável, quais foram os Deputados que na época foram os responsáveis pela aquisição do equipamento, qual a moda-

lidade e etc. Nós estamos requerendo estas informações.

E quero dizer, para completar, Deputado Dirceu Manfrinato, eu entendo que o exemplo tem que vir de casa. Nós temos uma função muito complexa, muito elevada, a própria Constituição do Estado nos assegura a fiscalização dos Poderes, no interesse público. Eu entendo que nesta quadra difícil da vida política brasileira, em que o Parlamento tem sido a vítima de uma série de acusações, quando nós sabemos que existem, em outros órgãos, esferas do Governo, coisa muito pior, quer dizer, nós temos até, para que possamos nos credenciar nós temos é que dar o exemplo, aqui. Um exemplo de transparência, de liberdade de informação, de manifestação, que eu entendo que aí sim nós estaremos assegurando e resgatando a dignidade deste Parlamento e também, por consequência, a dignidade daqueles que o dirigem.

O nosso requerimento é no sentido de preservar o respeito que esta Casa tem que ter perante a opinião pública. Foi este o sentido do requerimento. E jamais nós tentamos, de alguma forma, denegrir a imagem de qualquer Parlamentar que esteja aqui.

Queremos, isto sim, cobrar todas as posições e as atitudes que nós tomamos, como homem público. Nós temos que ser responsabilizados por elas. Agora, não no sentido de destruir a nossa instituição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O que eu cobro de Vossa Excelência, Senhor Deputado Ernani Pudell, é a ética parlamentar. Vossa Excelência, antes de fazer o pronunciamento, soltou um "release", pela sua Bancada, acusando o Presidente da Assembleia de impedir acesso às informações, e diz que: "...conclamando os Deputados a tomarem medidas enérgicas contra este tipo de abuso, Pudell alertou para os riscos de se inviabilizar por completo as tentativas de retomada da confiança popular no Legislativo concluindo: "Se não tomarmos nenhuma atitude, todos corremos o risco de sermos acusados de conivência com as atitudes!...". Se Vossa Excelência não lê o "release" que o pessoal pago pela Casa faz, não tenho culpa.

O SR. ERNANI PUDELL - Quero fazer um apelo a Vossa Excelência, Presidente desta Casa, que institua definitivamente nesta Casa a consulta a todas as decisões importantes que sejam a respeito desta instituição, que sejam pelo menos consultadas as lideranças, como se faz no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência reúna a sua bancada e faça

uma Mesa paralela e vou consultar Vossa Excelência já que Vossas Excelências gostam tanto de paralelismo...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem.

Senhor Presidente, quando questioneei a decisão da Bancada do PT o fiz baseado exatamente neste documento que Vossa Excelência apresenta novamente aos Senhores Deputados. Nós que temos um princípio de transparência, a minha é estar na minha vida pública, e não é de pouco tempo. E também não é difícil para Vossa Excelência conhecer, porque não é tão distante. E também não é tão distante o meu comportamento nesta Casa, durante os dois mandatos que se passaram, se Vossa Excelência que sei dispõe de tempo suficiente para isto, procurar os Anais desta Casa e vir a conduta e o comportamento do Deputado Dirceu Manfrinato.

Não será Vossa Excelência que terá a competência e o direito de me julgar. Quem me julga é a população. Quem me julga neste Poder são os 53 Deputados que fazem este julgamento.

Questionei com relação a isto, deste "release" que saiu. E também recebi, quero comunicar à Mesa, aos Senhores Deputados, recebi algumas denúncias formuladas da Assembleia, de alguns órgãos do Governo do Estado. Mas estas denúncias para nós não têm fundamento, uma vez que quem faz a denúncia deve ter a responsabilidade de assiná-la. E as denúncias que chegaram em nosso gabinete não têm assinatura e não merecem a fé deste Deputado. Só os covardes que vivem do anonimato.

Comunico Vossa Excelência que minha posição é esta e quero que Vossa Excelência entenda que sou contra este tipo de "release".

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão marcando outra para amanhã, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA.

E também marcando uma sessão extraordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA

Projeto de Resolução 01/91, discussão única, por escrutínio secreto, com maioria absoluta, no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, pela ordem.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Apenas para esclarecimento, se fosse possível Vossa Excelência indicar a hora da sessão extraordinária e da sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Após a sessão ordinária.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. JOSÉ TAVARES - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, pela ordem.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, apenas para apelar a Vossa Excelência, se não for abusar de vossa bondade, para que seja encaminhado amanhã, no máximo amanhã, um telex às autoridades que mencionei, porque a decisão do fechamento ou não da Superintendência da Caixa está marcada para amanhã às 17:30 em Brasília.

Faço este apelo a Vossa Excelência, porque quando fui Deputado Federal, aqui não vai nenhuma crítica, apenas uma constatação, cansei de receber correspondência da Assembléia depois que o fato já tinha sido consumado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai providenciar após o término da sessão o que Vossa Excelência requereu.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu indagaria Vossa Excelência se seria possível marcar Sessão Extraordinária para às 14:30, que é uma sessão acredito eu, rápida, e logo após a Sessão Extraordinária a sessão normal, porque discutiremos vários projetos, alguns companheiros Deputados já manifestaram a mim que 16:00 horas, 16:30 horas terão que se ausentar do Plenário e eu acredito que poderá haver prejuízo aos interessados com a Sessão Extraordinária marcada após a sessão normal. Então eu indagaria, consultaria Vossa Excelência e pediria a complacência de Vossa Excelência neste meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - As pessoas interessadas realmente poderão ser prejudicadas.

Marco Sessão Extraordinária para às 14:00 horas.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Muito obrigado!

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para terça-feira, dia 02, às quatorze horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 01/91.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária para logo após a Sessão Extraordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 11/91, 38/91, 40/91, 45/91, 46/91, 53/91, 54/91, e dos Projetos de Resolução nºs 12/91, 14/91 e 21/91.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO DOUTOR ROSINHA, EM SESSÃO DO DIA 01 DE ABRIL DE 1991.

"A popularização da pena de morte"

Fábio Konder Comparato

Como diz o ditado, o diabo depois de velho faz-se ermitão.

Os atuais defensores da pena de morte, que são, quase todos, militantes enraivecidos da antidemocracia; não encontraram caminho mais sedutor para o seu projeto de homicídio legal dos criminosos que o de propor a realização de um plebiscito. Os que sempre desprezaram insolentemente o povo, considerando-o uma manada ignorante e impulsiva, apresentam-se agora como ardentes servidores da soberania popular. Melhor do que emendar a Constituição por ato do Congresso Nacional, proclamam eles, é ir diretamente ao povo soberano, fonte de todo o direito, e pedir a sua bênção para a pena capital.

O estratagema é falso como o demônio.

A democracia não se reduz à soberania popular, mas compreende também uma outra exigência insuprimível: o respeito aos direitos humanos. Um sistema político não se qualifica como democrático tão só pela adoção do princípio majoritário: é ainda indispensável que se estabeleçam defesas sólidas dos direitos da minoria. O predomínio da vontade popular representa, sem dúvida, uma forma eficaz de se controlar o poder dos governantes. Mas a lei da maioria pode também converter-se no mais feroz dos despotismos, facilmente manipulável ao sabor das paixões do momento. Os frequentes linchamentos dos quais o recente episódio de Matupá (MT), onde a multidão enfurecida incinerou três assaltantes, é mero exemplo - confirmam quase cotidianamente essa verdade.

Não há democracia sem o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana. O



regime da soberania popular, quando desligado dos direitos humanos, não é democrático, mas configura aquilo que o pensamento político clássico denominava oclocracia, isto é, o governo da turbamulta, do populacho desenfreado.

Lembre-se, afinal, que os direitos humanos são ditos fundamentais, não tanto pelo fato de serem inalteráveis e insuprimíveis por meio de leis ordinárias, mas sobretudo porque devem ser respeitados em qualquer circunstância, seja qual for a maioria imperante. Ainda estaríamos, porventura, em regime democrático se o povo brasileiro, convocado a se pronunciar em plebiscito, decidisse inserir na Constituição a regra de que os índios não podem ingressar em escola superior, ou de que os não-católicos têm vedado o acesso a cargos públicos?

Ora, a pena de morte não importa na violação de um direito qualquer, mas representa a negação do mais fundamental dos direitos humanos, aquele que constitui a raiz ou a fonte de todos eles: o direito à vida.

Contra essa verdade óbvia, alega-se que a pena capital é legítima, porque se funda em julgamento regular do criminoso pelo Poder Judiciário. Mas o fato de um acusado ser regularmente condenado pelo órgão julgante do Estado não legitima, de modo algum, o resultado do julgamento. Se a lei brasileira, a exemplo do direito islâmico, determinasse que todo condenado por furto tivesse a mão decepada, nem por isso o julgamento regular do ladrão significaria o respeito à integridade física alheia. Afinal de contas, a idéia de direitos humanos nasceu de uma exigência de proteção individual contra atos do poder público. Não é pelo fato de a pena ter sido criada por lei, ou aplicada mediante processo oficial regular, que ela deve ser considerada legítima, quando viola um direito fundamental do homem.

É facilmente compreensível, pois, a razão lógica do disposto no art. 60, § 4º, IV da Constituição brasileira: "não será objeto de deliberação a proposta de emenda (constitucional) tendente a abolir os direitos e garantias individuais".

Foi justamente para contornar essa proibição que os novos defensores da pena de homicídio propuseram, astutamente, que a Constituição fosse emendada, nessa matéria, não pelo Congresso, mas diretamente pelo próprio povo. Ressalte-se a hipocrisia do plano: o Congresso Nacional, que não hesitou em usurpar a soberania popular ao decidir votar a nova Constituição sem ter para tanto recebido mandato do povo, enche-se agora de escrúpulos para emendá-la...

Mas a manobra foi mal concebida. A

proibição constitucional de supressão de direitos individuais não se dirige apenas aos representantes do povo, mas também e obviamente a este último. Se assim não fora, teríamos que a maioria do eleitorado estaria sempre habilitada a reformar ou abolir direitos fundamentais de minoria: o que representaria a negação pura e simples da idéia de direitos humanos.

Pior ainda é o sofisma, recentemente levantado no Congresso, segundo o qual a regra proibitiva do art. 60, § 4º, IV da Constituição aplica-se, tão só, à abolição do conjunto dos direitos individuais; e não à modesta supressão de um, ou alguns deles apenas. Ou seja, se o projeto de emenda à Constituição for de âmbito muito exagerado, ele não pode ser processado; mas se a proposta tiver uma amplitude menos ousada, limitando-se a coibir - digamos - algum "excesso" constitucional na defesa da pessoa humana, então não haverá obstáculos à sua votação. Poder-se-ia, talvez, testar a coerência e autenticidade dessa interpretação constitucional propondo-se, em vez da reintrodução da pena de morte no país, a supressão do direito de propriedade. Quem sabe, então, os recém-convertidos à democracia direta entendessem o que está inscrito na Constituição.

É forçoso reconhecer que esse lamentável debate põe a nu o nosso tradicional desprezo pela vida humana. Num país em que 60% da população vegeta abaixo do nível de pobreza tolerável, segundo os padrões internacionais, o homem vale realmente muito pouco. E é dessa vergonhosa deformação mental e social que se aproveitam os novos democratas, para cultivar no eleitorado os mais baixos instintos.

Não bastassem as deformações indeléveis que o populismo trouxe à política brasileira, será que ainda temos de sofrer o aviltamento da vida humana à condição de mercadoria eleitoral?

FÁBIO KONDER COMPARATO, 54, advogado, doutor pela Universidade de Paris (França), é professor titular da Faculdade de Direito da USP e autor de "Para Viver a Democracia".

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ERONDY SILVÉRIO, EM SESSÃO DO DIA 01 DE ABRIL DE 1991.

#### A SOCIEDADE CIVIL E O PACTO SOCIAL

José Eduardo Andrade Vieira

A palavra "modernidade" e a expressão "pacote social", os dois principais temas deste encontro, estão muito desgastados pelo uso abusivo e pelo significado elástico a que ambas têm sido submetidas por vários governos, regimes e administrações,

neste País. Sem querer aqui roubar definição do gosto do colega senador Fernando Henrique Cardoso, "modernidade" passou a ser uma "palavra-ônibus", significando de tudo um pouco, de acordo com o gosto do freguês. E, em certos momentos, essa palavra passou a ser usada com tal liberalidade que, em muitos casos, ela passa a significar exatamente o oposto do que sempre quis dizer.

Da mesma forma, pode-se dizer que o uso freqüente, e nem sempre bem-intencionado, da junção das palavras "pacto" e "social" terminou por lhes retirar qualquer significado, seja em conjunto, seja separadamente. Pacto quer dizer acordo, mas quase passou a significar a impossibilidade de negociação. Social é um vocábulo abrangente, indicativo de um interesse maior. No entanto, passou a representar interesses menores, de indivíduos, grupos ou facções políticas em luta pela manutenção de posições conquistadas ou de objetivos a se atingir. Como acontece no Brasil de forma freqüente, apesar de indesejada, o desgaste da expressão na comunicação de massa passou a ser de tal envergadura que os especialistas em "marketing" político - se é que existe mesmo isso - passaram a substituir o pacto social pelo entendimento.

Mas, se o rótulo foi mudado, o conteúdo, responsável, no fundo, pelo desgaste, não mudou em nada. É lamentável dizer isso, mas na verdade, o entendimento proposto pelas autoridades federais à chamada sociedade civil não passa de um remendo mal ajambrado, e apenas semântico, da velha proposta autoritária do desgastado "pacto social", tentando anteriormente, tantas vezes. Não basta alterar o rótulo, minha gente. É preciso, também, modificar a fórmula do remédio. Nada de pactos, acordos ou conchavos. Precisamos é de instituições fortes.

A triste realidade dos fatos é que as equipes de governo, mesmo quando esse dispõe de indiscutível legitimidade popular, não resistem ao vício autoritário e terminam por incorrer nos velhos erros de sempre, da época dos governos ilegítimos. O entendimento, proposto pelas autoridades econômicas e financeiras da administração Collor, por exemplo, partiu do mesmo equívoco tantas vezes cometido antes, seja na chamada Nova República, seja no tempo da ditadura tecnocrática-militar. Que equívoco foi esse? O de sempre: do alto de sua torre de marfim, isolado da realidade das bases, o Poder Executivo resolveu eleger interlocutores para estabelecer com eles e entre eles um diálogo capaz de produzir o objetivo final, qual seja, o entendimento. O governo não quer se entender com ninguém. Quer é nosso aval para seus erros.

Senão, vejamos: a dona Zélia Cardoso de Mello decidiu que, em nome dos jovens empresários debateria o companheiro de mesa Emerson Kapaz. Nada impede que Emerson Kapaz seja um bom interlocutor, seja para dona Zélia, ou seja, o governo, seja para discutir com os trabalhadores, por sua vez representados por outro companheiro de mesa, o presidente da Força Sindical, Luiz Antônio de Medeiros. Os dois podem ser muito legítimos e competentes. O problema é que dona Zélia não tem nenhuma legitimidade para escolhê-los como representantes do que for. Primeiro, porque ela não tem delegação explícita das categorias sociais a que ambos pertencem. Segundo, e mais grave ainda, porque a ministra da Economia, e que pesem seu poder e sua autoridade, não recebeu mandato popular, soberanamente expresso nas urnas, para determinar quem conversa a respeito do quê na negociação de um pacto social, de um entendimento nacional, seja lá o que for. Nas ditaduras, manda quem é nomeado. Na democracia, manda quem é votado. O resto obedece.

Dona Zélia, ou qualquer assessor dela, pode argumentar que o Presidente da República recebeu esse mandato popular e pode, muito bem, transmiti-lo a quem desejar, à ministra da Economia, por exemplo. Acontece que o presidente da República, eleito livre e soberanamente pela vontade majoritária da sociedade brasileira, não foi escolhido pelo povo para ser o chefe supremo ou o líder máximo ou o timoneiro invencível dos destinos nacionais. Ele recebeu um mandato específico para chefiar um poder com prerrogativas e limitações constitucionais muito claras. O Presidente da República pode muito, mas, num regime constitucional e democrático, felizmente, não pode tudo. Não pode, por exemplo, eleger, a seu bel-prazer, quem negocia em nome de quem. Numa negociação ampla com a chamada sociedade civil, o presidente pode escolher o interlocutor que quiser, desde que ele se limite a representar, apenas e tão-somente, uma das partes da negociação, ou seja, o Poder Executivo Federal. Ninguém lhe deu procuração para que ele escolha os parceiros ou adversários do jogo difícil da composição dos interesses individuais ou grupais no grande interesse coletivo.

Num regime democrático moderno - e parece não haver dúvida de que todos aqui estamos de acordo a respeito da necessidade de se construir e fortalecer o nosso -, a negociação política pressupõe o respeito estrito aos limites institucionais de cada parte envolvida na negociação. O Presidente e sua equipe escolhem os interlocutores pelo lado do Estado. A Nação tem meios institucionais de eleger os interlocutores que a representem na discussão do pacto ou

do entendimento, seja qual for a palavra usada para definir o acordo, ou melhor, o grande contrato social.

É sabido de todos nós que o Brasil, infelizmente, não dispõe de instituições sólidas, perenes e impessoais. Os partidos políticos são frágeis, os sindicatos pagam as penas do pecado original da tutela estatal, os Estados dependem da União até para pagar as contas do dia-a-dia, a Justiça é lenta. Enfim, está praticamente tudo aí para construir. Mas, para começar, é preciso lembrar a todos que o Congresso Nacional existe, está funcionando e pode, muito bem, representar, de forma legítima, o que a Nação deseja colocar em discussão em qualquer mesa de negociação política, econômica e social. O governo nomeia quem bem entender para representar o Estado. Mas quem representa a Nação é o Congresso, cujos membros foram, livre e soberanamente, eleitos exatamente para cumprir essa missão. Cada um faz sua parte.

Da mesma forma que os cidadãos, as instituições precisam fazer valer seus direitos, ou, melhor ainda, se fazer respeitar. Cada um deve defender seu espaço, usando, para isso, sua própria força. Se nós não fizermos valer nossas prerrogativas, ninguém nos vai conceder isso. O povo brasileiro é, por natureza, pacífico e humilde, mas seus representantes não podem abaixar a cabeça por causa disso. Ao contrário, justamente por isso, têm de demonstrar hombridade e coragem. Ninguém deve meter sua colher no prato do outro. Senão a democracia simplesmente não funciona.

A base do desgaste da expressão "pacto social" está no equívoco original do método da colocação da peça no jogo. Mesmo que os interlocutores sejam os adequados, o pacto social, o contrato, o entendimento, seja lá o que for, não será atingido. Porque o governo federal não pode escolher seus adversários na mesa desse jogo. E se trata de um jogo - não vamos tapar o sol com a peneira - entre interesses não-coincidentes, e muitas vezes até opostos. A democracia, já foi dito, não é o regime político perfeito, mas o menos imperfeito, justamente por contar, com humildade, com a natural imperfeição da ação humana. Essa busca da perfeição do consenso, pressuposta na própria corrida pelo pacto, pelo contrato, pelo acordo, pelo entendimento, é a negação da democracia.

O que a democracia exige é uma coisa muito simples: que o governo negocie adultamente, de forma institucional, impessoal, sem preconceitos nem idiossincrasias, com o Poder Legislativo. Desde que os espanhóis encontraram o pacto lá deles, não se faz outra coisa no Brasil a não ser perseguir esse acordo entre segmentos so-

ciais, como se bastasse assinar um documento de boas intenções para dobrar a realidade a nossa vontade. A realidade brasileira não é igual à espanhola e nós não precisamos propriamente de um pacto ou de sobreviver aos impactos provocados pelas crises. Essas instituições se constroem cotidianamente, lentamente, pacientemente, sem a intervenção milagreira e providencial de um deus ex machina.

Então, o governo federal precisa parar com essa ilusão de ficar a perseguir o consenso inalcançável e começar a encarar seriamente a possibilidade de negociar, de forma madura, rotineira e transparente, com o Congresso. A transparência é a única forma de se pôr fim ao fisiologismo. Os parlamentares foram eleitos para negociar sem conluios nem conchavos.

É, mais ou menos, por esse mesmo prisma que se deve discutir a questão da modernidade. Temendo incorrer no risco da simplificação grosseira ou da discussão estéril sobre temas vagos, mas enfrentando isso, eu não poderia deixar de reconhecer que modernidade, no sentido econômico da palavra, significa, e pode significar, muita coisa. Já que analisamos a situação, até agora, pelo lado político, vamos nos deter um pouquinho no problema econômico. Modernidade, a meu ver, significa uma economia de alta produtividade, competitiva e com rápido desenvolvimento tecnológico, capaz de atender às necessidades da população e de gerar um elevado excedente da poupança para investimentos. E, quando falo em competitividade, estou pensando em níveis internacionais. Modernidade é poder competir com os melhores, fazendo melhor do que eles. E mais barato. E significa, também, ter mercado de bens e serviços funcionando eficientemente, o mesmo ocorrendo com o mercado de capitais e com o sistema financeiro. Como vocês podem perceber, não é a palavra-ônibus, que significa tudo. Vamos achar mais alguns limites para ela.

Modernidade é sinônimo de um regime monetário estável. A moeda de uma sociedade moderna é internacionalmente conversível e pode cumprir suas funções de meio de troca e reserva de valor, sem o que o funcionamento da economia fica comprometido. Só por essa descrição, vocês já podem ver que o Brasil não cabe numa definição mais rigorosa da palavra da moda, que serve de tema para este seminário. Porque, já que estamos dispostos a discutir as coisas seriamente e sem meias palavras, vamos ter de reconhecer que nossa moeda simplesmente não presta. É um verdadeiro lixo que sucessivas reformas monetárias não conseguiram recuperar. Minha geração já negociou com o cruzeiro, o cruzeiro novo, o cruzado, o cruzado novo e novamente, numa volta

do círculo, o cruzeiro. E quem quer ser moderno não faz de sua moeda lixo.

Esse frenesi de trocas não é capaz de ocultar uma verdade elementar: a moeda não deixa de ser uma mercadoria, e não escapa à lei da oferta e da procura. Se ela não é emitida com moderação, perde o valor e, aí, se torna necessário uma quantidade maior dela para se comprar a mesma coisa. Vocês me desculpem estar recorrendo a conceitos tão elementares, mas creio ser necessário retomá-los para se chegar a uma situação de equilíbrio e de bom senso, da qual temos nos afastados há muito tempo. Por isso mesmo, é necessário voltar a esses conceitos simples para lembrar que os preços sobem nominalmente e isso equivale à inflação.

E recorri a esses conceitos simples para expressar um juízo de valor: em lugar de continuar cortando zeros da moeda emitida de forma irresponsável e indisciplinada, precisamos entender melhor os fatos que levam a essa emissão e tratar de coibi-los, recuperando o valor da moeda, uma condição indispensável para se aspirar à modernidade econômica.

Ou nós paramos de gastar e desperdiçar ou vamos ter de passar o resto da vida cortando zeros. Pois o principal culpado pela indisciplinada na emissão da moeda continua sendo o desequilíbrio financeiro do setor público, no sentido amplo, abrangendo o governo federal, os Estados, os municípios e as empresas estatais. Esse setor, como um todo, continua sem entender, absorver nem praticar uma regra básica da economia, que as pessoas aplicam na gestão comezinha de suas finanças, seus negócios e suas empresas, mas que se perde na irresponsabilidade com que, tradicionalmente, o setor público sempre foi gerido no Brasil. Trata-se da regrinha segundo a qual os recursos econômicos são escassos, existindo um limite para os gastos. Ou seja, não é possível se adquirir tudo ao mesmo tempo nem se endividar sem controle, gerando uma dívida sem condições de ser paga ou, sequer, rolada.

Aqui, vamos ter de usar uma expressão mais dura, os governos vêm mesmo é enganando todo mundo, gastando sem controle e gerando dívidas impagáveis, comprometendo a liquidez do sistema financeiro e, assim, pressionando o Banco Central a emitir mais moeda, num processo que se repete há décadas e nunca tem solução. Ainda recentemente, os jornais revelaram que as emissões do Banco Central, no final de 1990 e no início de 1991, foram, em grande parte, provocadas pelo fato de que vários bancos estaduais carregados de dívidas dos respectivos Estados passaram a ter problema de liquidez e pediram socorro ao Banco Central. Esse não resistiu às pressões e

abriu a torneira monetária. Mais moeda, mais papel sem valor, mais inflação, mais zeros a cortar numa futura reforma monetária, que nunca terá êxito se esse círculo vicioso não for interrompido.

É precisa reformar a mentalidade da classe política, responsável por essas práticas abomináveis na gestão das finanças públicas, que constituem o grande fator a pressionar a emissão monetária, levando à inflação e a essa moeda de baixíssima qualidade que é o cruzeiro, o cruzado, seja lá o que for.

É preciso instaurar princípios de boa gestão das finanças públicas. Reformar a mentalidade dos gastos sem fundos, hoje reinante, é condição fundamental para se alcançar a modernidade pretendida, pois, sem isso, não chegaremos a uma moeda estável, não podemos aspirar a retomada do crescimento nem nos aproximaremos dos países do Primeiro Mundo, a não ser apenas na retórica.

Aliás, nunca é demais lembrar que, em tais países, protótipos da modernidade pretendida, essas barbaridades econômico-financeiras praticadas trivialmente pelo setor público no Brasil são terminantemente proibidas. Nesses países, o governo não pode gastar irresponsavelmente, levar suas instituições financeiras a crises de liquidez nem pretender que o Banco Central as socorra injetando mais moedas na economia adoecida. Tais práticas já foram abandonadas há muito tempo e, se isso não houvesse ocorrido, esses países não teriam chegado aonde chegaram. Moderno não é desperdiçar, mas poupar e investir.

Mas, se for impossível convencer, racionalmente, os políticos de que essa situação não pode continuar, seria, então, o caso de se redigir uma legislação que proíba essa ganância sem fim e com punições explícitas para quem se recusar a obedecê-las. Essa é, também, meus amigos, uma missão do Congresso Nacional. E, enquanto não se desencadear esse processo, estaremos relegados ao atraso e condenados à estagnação, justamente o oposto da modernidade. A prática da cidadania numa sociedade moderna exige um arcabouço jurídico que preveja uma autoridade monetária autônoma e imune às pressões políticas, ou seja um Banco Central cuja diretoria não seja subordinada, hierarquicamente, ao Presidente da República e ao Ministro da Economia, como ocorre nos países desenvolvidos. Da mesma forma, é preciso encontrar um meio de se responsabilizar, civilmente, o administrador irresponsável e o gestor incompetente. Lugar de mau gestor é na cadeia e não no gabinete.

Se o Congresso Nacional for capaz de encontrar os meios adequados para promover esse tipo de pacto de entendimento, aí,

sim, poderemos estar dando um passo largo no rumo da modernidade. E, quem sabe, comprando um ingresso para freqüentar as seleções reuniões do fechado clube do Primeiro Mundo. Caso contrário, estaremos condenados ao ciclo sem fim dos planos, pacotes

e pactos, que nos manterão a léguas de distância de qualquer significado que possa ter essa palavra-ônibus da moda: modernidade. Se plano resolvesse alguma coisa, a maior potência econômica do mundo seria o Brasil, e não os Estados Unidos.

BALANCE FINANCEIRO  
DE 1º a 31 DE DEZEMBRO DE 1990.

REF. - ALG245  
PAG. - 1  
DATA - 31.12.90

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		Legislativa.....	
Receita tributária .....	0,00	Judiciária.....	2.608.184.829,43
Receita de contribuições .....	0,00	Administração e planejamento.....	0,00
Receita patrimonial .....	0,00	Agricultura.....	0,00
Receita agro-pecuária .....	0,00	Comunicações.....	0,00
Receita industrial .....	0,00	Defesa nacional e seg. pública.....	0,00
Receita de serviços .....	0,00	Desenvolvimento regional .....	0,00
Transferências correntes .....	2.650.610.000,00	Educação e cultura.....	0,00
Outras receitas correntes .....	2.922.930,69	Energia e recursos minerais.....	0,00
	2.653.532.930,69	Habitação e urbanismo.....	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		Indústria, comércio e serviços.....	0,00
Operações de crédito .....	0,00	Relações exteriores.....	0,00
Alienação de bens .....	0,00	Saúde e saneamento.....	0,00
Amortização de empréstimos .....	0,00	Trabalho.....	0,00
Transferências de capital.....	4.550.000,00	Assistência e previdência.....	0,00
Outras receitas de capital .....	0,00	Transporte.....	0,00
	4.550.000,00		2.608.184.829,43
	2.658.082.930,69		
EXTRAORÇAMENTÁRIA		EXTRAORÇAMENTÁRIA	
Restos a Pagar- A PROCESSAR.....	16.385.631,42	Restos a pagar	
Restos a Pagar- PROCESSADOS.....	9.610.481,36	Pagamentos.....	9.737.695,22
	25.996.112,78	Cancelamento de restos a pagar.....	16.469,35
			9.754.164,57
Serviço da Dívida a Pagar- A PROCES..	0,00	Débitos de tesouraria.....	0,00
Serviço da Dívida a Pagar- PROCES....	0,00	Depósitos de diversas origens.....	516.863.295,40
	0,00	Fundos especiais .....	0,00
Débitos de tesouraria.....	0,00	Contas a regularizar.....	0,00
Depósitos de diversas origens.....	779.255.426,96	Contas do realizável.....	526.746.220,02
Fundos especiais .....	0,00	Acordos e convênios.....	0,00
Contas a regularizar.....	0,00	Outras contas (baixa do realizável).....	12.940.000,00
Contas do realizável.....	539.686.220,02		1.066.303.679,99
Acordos e convênios.....	0,00		
	1.344.937.759,76		
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR		SALDOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
Tesourarias.....	0,00	Tesourarias.....	0,00
Bancos.....	58.527.995,53	Bancos.....	387.060.176,56
Vinculado em contas cor.bancárias ..	0,00	Vinculado em C/Correntes Bancárias.....	0,00
	58.527.995,53		387.060.176,56

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA  
Coord. de Contabilidade

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
Diretor do DAT

ABTB MIGUEL  
Diretor Geral



PAG. - 1  
DATA - 31.01.91BALANCETE FINANCEIRO  
DE 1º a 31 DE JANEIRO DE 1991.

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		LEGISLATIVA.....	615.477.830,24
RECEITA TRIBUTÁRIA .....	0,00	JUDICIÁRIA.....	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES .....	0,00	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.....	0,00
RECEITA PATRIMONIAL .....	0,00	AGRICULTURA.....	0,00
RECEITA AGRO-PECUÁRIA .....	0,00	COMUNICAÇÕES.....	0,00
RECEITA INDUSTRIAL .....	0,00	DEFESA NACIONAL E SEG. PÚBLICA.....	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS .....	0,00	DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES .....	731.000.000,00	EDUCAÇÃO E CULTURA.....	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES .....	0,00	ENERGIA E RECURSOS MINERAIS.....	0,00
	<u>731.000.000,00</u>	HABITAÇÃO E URBANISMO.....	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS.....	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO .....	0,00	RELAÇÕES EXTERIORES.....	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS .....	0,00	SAÚDE E SANEAMENTO.....	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL.....	0,00	TRABALHO.....	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL .....	0,00	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA.....	0,00
	<u>0,00</u>	TRANSPORTE.....	0,00
	<u>731.000.000,00</u>		<u>615.477.830,24</u>
EXTRAORÇAMENTÁRIA		EXTRAORÇAMENTÁRIA	
DÉBITOS DE TESOURARIA.....	0,00	RESTOS A PAGAR	
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS.....	660.075.645,40	PAGAMENTOS.....	13.094.826,91
FUNDOS ESPECIAIS .....	0,00	CANCELAMENTOS.....	0,00
CONTAS A REGULARIZAR.....	0,00		<u>13.094.826,91</u>
CONTAS DO REALIZÁVEL.....	0,00	DÉBITOS DE TESOURARIA.....	0,00
ACORDOS E CONVÊNIOS.....	0,00	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS.....	709.128.340,53
		FUNDOS ESPECIAIS .....	0,00
CRÉDITOS DE DESPESAS A PAGAR		CONTAS A REGULARIZAR.....	0,00
FORNECEDORES .....	92.799.541,15	CONTAS DO REALIZÁVEL.....	0,00
DESPESAS COM PESSOAL.....	522.678.289,09	ACORDOS E CONVÊNIOS.....	0,00
OUTRAS DESPESAS A PAGAR.....	0,00		
	<u>615.477.830,24</u>	DÉBITOS DE DESPESAS A PAGAR	
	<u>1.275.553.475,64</u>	FORNECEDORES .....	41.097.473,92
		DESPESAS COM PESSOAL.....	510.899.528,35
		OUTRAS DESPESAS A PAGAR.....	0,00
			<u>551.997.002,27</u>
			<u>1.274.220.169,71</u>
SALDOS DO MÊS ANTERIOR		SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	
CAIXA.....	0,00	CAIXA.....	0,00
BANCOS.....	387.060.176,56	BANCOS.....	503.915.652,25
VINCULADO EM CONTAS CORRENTES BANCÁRIAS.....	0,00	VINCULADO EM CONTAS CORRENTES BANCÁRIAS.....	0,00
TÍTULOS A RECEBER.....	0,00	TÍTULOS A RECEBER.....	0,00
DEVEDORES DIVERSOS.....	0,00	DEVEDORES DIVERSOS.....	0,00
DIVERSOS RESPONSÁVEIS.....	387.068.176,56	DIVERSOS RESPONSÁVEIS.....	0,00
	<u>387.068.176,56</u>		<u>503.915.652,25</u>
TOTAL .....	2.393.613.652,10		

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA  
COORD. DE CONTABILIDADE

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
DIRETOR DO DAT

ABIB MIGUEL  
DIRETOR GERAL

BALANCETE FINANCEIRO

PAG. - 1

DATA -28.02.91

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	RECEITAS CORRENTES	ORÇAMENTÁRIA	
	Receita tributária .....	Legislativa.....	415.282.260,11
	Receita de contribuições .....	Judiciária.....	0,00
	Receita patrimonial .....	Administração e planejamento.....	0,00
	Receita agro-pecuária .....	Agricultura.....	0,00
	Receita industrial .....	Comunicações.....	0,00
	Receita de serviços .....	Defesa nacional e seg. pública.....	0,00
	Transferências correntes .....	Desenvolvimento regional .....	0,00
	Outras receitas correntes .....	Educação e cultura.....	0,00
		Energia e recursos minerais.....	0,00
		Habitação e urbanismo.....	0,00
		Indústria, comércio e serviços.....	0,00
		Relações exteriores.....	0,00
		Saúde e saneamento.....	0,00
		Trabalho.....	0,00
		Assistência e previdência.....	0,00
		Transporte.....	0,00
			415.282.260,11

RECEITAS DE CAPITAL	
Operações de crédito .....	0,00
Alienação de bens móveis e imóveis....	0,00
Transferências de capital.....	0,00
Outras receitas de capital .....	0,00
	525.000.000,00

EXTRAORÇAMENTÁRIA	
Débitos de tesouraria.....	0,00
Depósitos de diversas origens.....	49.921.845,89
Fundos especiais .....	0,00
Contas a regularizar.....	0,00
Contas do realizável.....	0,00
Acordos e convênios.....	0,00
Créditos de despesas a pagar	
Fornecedores .....	30.941.950,35
Despesas com pessoal.....	384.590.309,76
Outras despesas a pagar.....	0,00
	415.532.260,11
	465.454.106,00

SALDOS DO MÊS ANTERIOR	
Caixa.....	0,00
Bancos.....	503.915.652,25
Vinculado em contas correntes bancárias	0,00
Títulos a receber.....	0,00
Devedores diversos.....	0,00
Diversos responsáveis.....	0,00
	503.915.652,25

EXTRAORÇAMENTÁRIA	
Restos a pagar	
Pagamentos.....	175.625,57
Cancelamentos.....	0,00
	175.625,57

Débitos de tesouraria.....	0,00
Depósitos de diversas origens.....	24.657.654,00
Fundos especiais .....	0,00
Contas a regularizar.....	0,00
Contas do realizável.....	0,00
Acordos e convênios.....	0,00
Débitos de despesas a pagar	
Fornecedores .....	33.326.328,49
Despesas com pessoal.....	337.856.515,99
Outras despesas a pagar.....	0,00
	371.182.844,48
	396.916.124,05

SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	
Caixa.....	0,00
Bancos.....	683.071.374,09
Vinculado em contas correntes bancárias	0,00
Títulos a receber.....	0,00
Devedores diversos.....	0,00
Diversos responsáveis.....	0,00
	683.071.374,09

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA  
Coord. de Contabilidade

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
Diretor do DAT

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral